

Revista Cultural, Económica e Diplomática

TIMOR-LESTE

E M B A I X A D A

A Língua Portuguesa:

Um Património Comum,
um Futuro Global

Sétima Conferência da CPLP

Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa - Portugal
Ano 2008 - n.º 0 • Jul./Ago./Set.



1

Importância geopolítica da Língua Portuguesa



www.lidel.pt

DESDE 2000 A COLABORAR NA REINTRODUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE

GEOGRAFIA <
MAPA DE TIMOR-LESTE

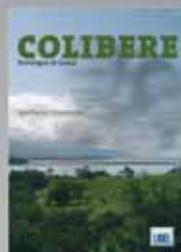
> LITERATURA



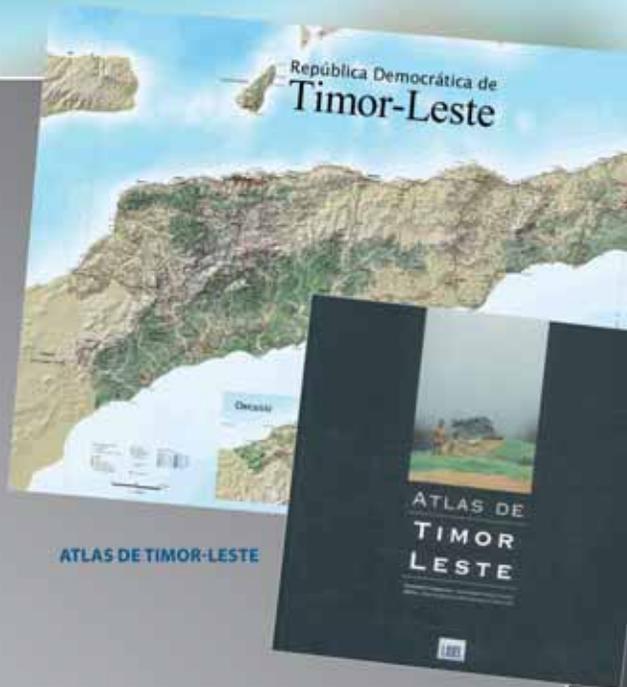
A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO TIMORENSE



TIMOR-LESTE — O CAMINHO, DO DESENVOLVIMENTO



COLIBERE



ATLAS DE TIMOR-LESTE

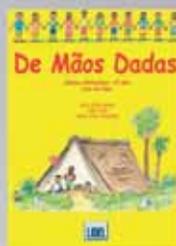
> LIVROS ESCOLARES - do pré-escolar à idade adulta



OS LORICOS VÃO À ESCOLA



OS LORICOS



DE MÃOS DADAS



VOA COM AS PALAVRAS!



OITO MUNDOS, OITO VOZES,



PORTUGUÊS EM TIMOR



BEIRO PORTUGUÊS



GRAMÁTICA DA LÍNGUA TÉTUM

O GRUPO LIDEL É O PRINCIPAL GRUPO EDITORIAL DE LIVROS TÉCNICOS DE AUTORES PORTUGUESES, COM MAIS DE 600 OBRAS PUBLICADAS EM DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

www.lidel.pt



Revista Timor-Leste *Embaixada*
Ano 2008 - n.º 0 • Jul./Ago./Set.

Propriedade

Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa, Portugal

NIPC 901329460

Edição:

Divisão de Imprensa, Imagem e Comunicação da Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa, Portugal

Secretariado

Av. Infante Santo, 17 - 6.º Esq.
1350-175 Lisboa
Tel.: 213 393 730/31/32
Fax: 213 393 739
Correio electrónico:
embaixada.rdtl@mail.telepac.pt

Direcção

Embaixador Manuel Soares Abrantes

Redacção e Administração

Conselheiro Antonito de Araújo
Vitório Rosário Cardoso
João Aparício Guterres
José Amaral
Hermengarda Lemos Borges
João Dias

Produção Gráfica

IDG - Imagem Digital Gráfica, Lda.
Zona Industrial de Frielas
2660-020 FRIELAS

Periodicidade Trimestral
Tiragem: 3500 exemplares

ISSN 1647-0931

Dep. Legal nº 283724/08

Fotografia de Capa

Orições leste-timorenses numa sala de aula em Díli. Timor-Leste
Fotografia de Joaquim Magalhães de Castro

Fotografias

Ministério do Turismo de Timor-Leste
Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa, Portugal
Secretariado Executivo da CPLP – SE CPLP
Presidência da República Portuguesa / Luís Catarino
Agência Noticiosa LUSA
Portugal Telecom
Joaquim Magalhães de Castro



04. A Língua Portuguesa: Um Património Comum, um Futuro Global

03. Editorial

07. Enquadramento histórico de Timor-leste e a CPLP

10. Importância geopolítica da Língua Portuguesa para Timor-Leste

14. Acordo Ortográfico

18. Timor-Leste na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

24. O Português em Timor-Leste, que Futuro?

26. Empreendedorismo na CPLP

29. Entrevista CRA em Timor-Leste

32. Nas sendas do Milénio

37. Estreia dos militares leste-timorenses nos Exercícios FELINO 2008

40. Timor-Leste na Presidência do Conselho de Ministros da Defesa da CPLP

42. VIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP

43. Indicadores de Desenvolvimento de Timor-Leste

44. Agenda Diplomática



07



18



24



37



Não há duas... sem sete.

Delta, eleita Marca de Confiança pelo sétimo ano consecutivo.



É esta a prova de que os gostos não se discutem. São sete anos consecutivos a inspirar confiança. Obrigado por mais este importante reconhecimento.

www.delta-cafes.pt



A verdade do café.



Editorial

A Nossa Afirmação

É momento para se afirmar os valores da diferença...

Momento para pensar, comunicar e actuar na Língua que nos une e identifica, a Língua Portuguesa.

Timor-Leste quer afirmar-se nos valores que distinguem a sua História e a sua Identidade política. Afirmar-se como País e Estado Membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O ser e o querer fazer, a manifestação da sua identidade, singular-se nas sendas do seu crescimento económico tornam-se insaciáveis à manifestação suprema desta vontade soberana. Urge a realização!

É preciso realização para nos atestar o valor das coisas, não só para quem nos quer fazer juízo de valores mas também para responder ao fluxo natural do desejo: uma revista de informação social, cultural, económica e diplomática.

Presente aos actuais desafios da realidade timorense, os desafios do seu desenvolvimento, os desafios da globalização mundial, os desafios do cumprimento das metas do Objectivo do Desenvolvimento do Milénio (ODM); mas certos da sua soberania e das suas potencialidades naturais e humanas, não tentamos resistir à manifestação da vontade ao associarmo-nos ao tema da sétima Conferência da CPLP: A Língua Portuguesa, um património comum, um futuro global. A Língua Portuguesa e a cultura neste mundo bicéfalo, constituem o património cultural de Timor-Leste, a emblema da nossa afirmação e realização!

À guisa de apresentação, neste número inaugural, tentamos desenvolver a temática da CPLP e Timor-Leste, na sequência da sétima Conferência dos Chefes de Estado e do Governo realizada nos dias 24 e 25 de Agosto de 2008 em Lisboa. A resenha histórica sobre o enquadramento de Timor-Leste e a CPLP; Importância Geopolítica da Língua Portuguesa para Timor-Leste ; Prospectiva do Acordo Ortográfico são as suas principais rúbricas. A sétima Conferência da CPLP será passada em revista, bem como outras manchetes associadas a esta temática.

Subsequentemente no final do ano de 2008 abordaremos os assuntos de cultura e identidade leste-timorense revisitando o acervo bibliográfico que Portugal dispõe nos seus Arquivos e Bibliotecas.

Inaugurando o Ano de 2009 contamos abordar a temática sobre a economia do País, o estado do seu desenvolvimento nos últimos sete anos de independência.

Numa tentativa de análise ousaremos caracterizar os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio – ODM, o posicionamento de Timor-Leste neste propósito. Seguiremos depois para uma abordagem geral sobre o capítulo de Educação e os Programas de Cooperação Bilateral com Portugal.

No último trimestre do Ano de 2009 passaremos em retrospectiva as actividades realizadas nesta Missão Diplomática.

A revista “Timor-Leste EMBAIXADA” quer ser uma publicação de índole identitária e de afirmação da sua soberania. É a publicação com distribuição nos meios institucionais, diplomáticos, sector público e privado em Portugal e Timor-Leste. A sua publicação concretiza um passo importante na aposta da Embaixada em proporcionar uma maior divulgação da sua Missão e das actividades que se realizam sob os seus auspícios na Língua que identifica o País.

Acreditamos que este exercício não será apenas o registo de memórias, mas uma constatação de manifesta vontade e constância na nossa afirmação.

Orgulhamo-nos da Língua, valorizamos o País!

Embaixador
Manuel Soares Abrantes

“A Língua Portuguesa: um património comum, um futuro global”



Fotografia: LUSA

Projeção global da Língua Portuguesa aprovada

Um idioma que é considerado uma realidade orgânica e dinâmica, nasce, cresce e outras morrem, é também transmissora de conhecimentos, sentimentos e um elo de ligação e comunicação e entendimento entre Povos e Culturas, é assim que também se define a Língua Portuguesa, imbuída ela de história global, de costumes, de vivências e tradições comuns na diversidade, que vai forjando matrizes comunitárias, as sociedades, as nações, à medida e semelhança do seu meio ambiente, tornando ela não exclusiva de um, mas património de todos.

Se o escritor português Virgílio Ferreira afirmava que “Da minha língua vê-se o mar”, é este mar o símbolo dos valores do universalismo do encontro de culturas, da confirmação de um Bem Comum num futuro global.

Foi então na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CCEG-CPLP), decorrida no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, Portugal, que os Estados-membros decidiram aprovar o tema da Conferência, “A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global” o mote inspirador da adopção de uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, que visa o compromisso de uma actuação conjunta com vista a uma efectiva universalização da Língua Portuguesa, através de medidas reais, concretas e alcançáveis.

Neste âmbito, os Estados-membros da CPLP decidiram em conjunto relevar a importância do papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) enquanto Instituição comum para a defesa e promoção da Língua Portuguesa no espaço da CPLP, para assim tornar possível o compromisso assumido pelos Estados-membros no sentido de continuarem a desenvolver mecanismos com vista à intro-



Fotografia: Revista Renascer

Estudantes da escola "Externato de São José" em Díli, Timor-Leste

dução da Língua Portuguesa em Organizações regionais, internacionais ou agências especializadas, à sua utilização efectiva em todas as organizações onde o português já constitui língua oficial ou de trabalho.

Um dos entraves para a prossecução deste desígnio prende-se com a questão da existência de duas ortografias na Língua Portuguesa, o que vem por vezes a dificultar ou a tornar mais morosa a concertação político-diplomática entre os Estados-membros da CPLP na busca de estratégias comuns e globais. Sendo assim, foi lançado um apelo de unificação ortográfica, através de um acordo, processo esse conhecido pelo Acordo Ortográfico. Por outro lado, aos Estados-membros que já ratificaram o Acordo Ortográfico, foi também feito um apelo no sentido da adopção das tais medidas para que permitam a sua entrada em vigor.

Durante a VII CCEG-CPLP, foram tomadas outras que se prenderam com a criação do Fundo da Língua Portuguesa por parte do Governo Português e por fim, foi apelado aos Estados-membros a desenvolver políticas de promoção conjunta da Língua Portuguesa, considerando ser premente uma coordenação eficaz e dinâmica da política da língua entre todos os Estados-membros.

No plano das principais Declarações aprovadas, a principal foi a chamada Declaração de Lisboa, em que os Chefes de Estado e de Governo quiseram reforçar o aprofundamento da concertação político-diplomática intra e extra Estados-membros, tendo em vista uma maior projecção internacional da CPLP, uma maior concertação para a cooperação multilateral para o desenvolvimento e promoção e divulgação da Língua Portuguesa como língua internacional.

A estratégia da internacionalização da Língua Portuguesa

De que forma será implementada a estratégia da internacionalização da Língua Portuguesa? Eis uma questão de interesse para uma Comunidade que é constituída por mais de 200 milhões de pessoas, que partilham um mesmo idioma. Os Chefes de Estado e de Governo da CPLP entenderam então que seria pertinente a assunção da concertação política, marcada pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como Língua Global. Deste modo, em conjunto, declararam a actuação concertada no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações Internacionais, regionais ou agências especializadas, comprometendo-se a concer-

tar e harmonizar programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural económico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação.

A Formação Técnica foi considerada uma das prioridades da Comunidade, através do compromisso para a coordenação dos esforços de cooperação no domínio das traduções e interpretações e implementação de tecnologias de informação e comunicação, a par da promoção do Português como Língua Estrangeira onde os próprios Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa assumiram a actuação conjunta da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, através da criação de redes de profes-

sores e difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira.

Timor-Leste e a CPLP

Da Declaração de Lisboa, os Estados-membros da CPLP consideraram de particular importância o compromisso para envidar esforços para apoiar Timor-Leste na cooperação para a reintrodução, promoção e difusão da Língua Portuguesa, um dos pilares fundamentais de diferenciação e sobrevivência identitária da jovem Nação inserida numa região bastante dinâmica e competitiva. Dando grande relevo à concertação das políticas de cooperação com o Governo de Timor-Leste para o desenvolvimento e implementação da Língua Portuguesa no terreno através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Este compromisso, ora firmado pelos Estados-membros da CPLP, neles incluído Timor-Leste, passa também pela partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas linhas de orientação do ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como uma das línguas oficiais.

Os Estados-membros da CPLP durante a VII CCEG-CPLP, mostraram-se empenhados no apoio à contínua concertação político-diplomática e também à cooperação através do Plano Indicativo de Cooperação, o que demonstra um sinal de vitalidade da Comunidade na cooperação entre os seus Estados-membros, conscientes da sua importância geopolítica, geoeconómica e geoestratégica no futuro presente. ■



**QUANTO MENOS
KMs ANDA,
MENOS PAGA!**

Na Lusitania achamos que quem conduz pouco, não tem de pagar o mesmo de quem conduz muito!

Especialmente para si, que conduz menos, devolvemos uma percentagem do valor do seu seguro.



Faça já hoje a sua simulação em www.lusitania.pt
Estamos disponíveis para todo o aconselhamento personalizado que necessitar através da Linha Azul 808 222 900, de um Mediador Lusitania ou em qualquer uma das nossas Dependências.

Enquadramento histórico de Timor-Leste e a CPLP

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) tornou-se no oitavo Estado-membro de pleno direito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a 1 de Agosto do ano de 2002, aquando da aprovação da “Declaração sobre a Aceitação do Pedido de Adesão da RDTL à CPLP” na IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP realizada em Brasília, no Brasil, seis anos após a criação da CPLP.

A relação entre Timor-Leste e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi desde sempre muito estreita.

Este jovem País de Língua Portuguesa situado no Sudeste-Asiático pode contar desde os tempos da resistência à ocupação indonésia com o apoio e solidariedade da CPLP, então constituída em 1996, no esforço de restauração da sua independência nacional.

Da resenha histórica deste relacionamento que é agora recordado, tem grande significado a importância que representa a Comunidade para Timor-Leste e a janela de oportunidades que esta jovem Nação pode representar para os seus Estados-membros, na referência à diferença leste-timorense na região.

Em 1996, pela primeira vez, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP receberam no decurso da I Conferência, uma delegação da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência Timorense,



Encontro histórico no ano 2000 entre o então Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), Comandante Xanana Gusmão e o primeiro Secretário Executivo da CPLP, Marcelino Moco

que teve a oportunidade de intervir, expondo as preocupações pela situação prevacente em Timor-Leste e a sua luta pela liberdade e dignidade do Povo leste-timorense, designadamente, pelo exercício do seu direito inalienável à auto-determinação. A reacção dos então Chefes de Estado e de Governo da CPLP foi no sentido de afirmar a sua firmeza em promover acções concertadas com o intuito de garantir o respeito pelos Direitos Humanos e pelas Liberdades Fundamentais no território e a obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu Povo, em conformidade com o Direito Internacional. Dois anos volvidos, em 1998, durante a reunião do

Conselho de Ministros da CPLP em Cabo Verde, Timor-Leste foi formalmente admitido com o estatuto de observador convidado na CPLP.

Então, no ano seguinte, em 1999, momento marcado pelas negociações entre Portugal e a Indonésia, sob a égide da Organização das Nações Unidas para a realização do referendo sobre a questão de Timor-Leste, e posteriormente pelo resultado do referendo e decisão do Povo timorense pela Independência, os Governos dos Estados-membros da CPLP já tinham expressado desde o início o seu total apoio ao processo, mobilizando uma missão de observação eleitoral, quadros para a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET), por forma a garantir o êxito da consulta popular.

Por outro lado, pela preocupação pela persistência da situação de insegurança que então assolava o Território, os Governos dos Estados-membros da CPLP apelaram às autoridades indonésias, e em particular às suas forças armadas, a respeitarem a neutralidade a que se obrigaram, pondo termo à instigação da violência e intimidação, a fim de serem criadas condições para uma consulta genuinamente livre e democrática.

A 1 de Outubro de 1999, o então Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), Comandante Kay Rala Xanana Gusmão visitou pela primeira vez o Secretariado Executivo da CPLP e encontrou-se com o Secretário Executivo da CPLP, Marcelino Moco.

Na entrada no novo milénio, já era certa que Timor-Leste viria a constituir o oitavo Estado-membro da CPLP, logo que se constituísse Estado e era garantida a adopção da Língua Portuguesa a par do Tétum como idiomas oficiais.

As manifestações de apoio à reconstrução de Timor-Leste não tardaram, durante a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em que participou pela primeira vez, o Presidente do CNRT, Comandante Kay Rala Xanana Gusmão, os Estados-membros da CPLP reiteraram o compromisso da Organização e dos seus países em apoiarem o desenvolvimento institucional, político, cultural e social de Timor-Leste, com forte desejo de ver em breve, fixadas datas para a realização de eleições gerais e formalização da restauração da independência de Timor-Leste.

No decorrer da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, Brasil, no ano de 2002, tornou-se no momento em que há muito se aguardava, a República Democrática de Timor-Leste reuniria finalmente as condições necessárias para aceder ao estatuto de Estado-membro de pleno Direito da CPLP, vendo assim cumprido a vontade e desejo dos Estados-membros da

Comunidade, no esforço de apoiar a libertação de um País com quem partilham uma mesma História e Língua.

Processo histórico da constituição da CPLP

Num olhar retrospectivo do momento de nascimento da CPLP, remonta-nos a 17 de Julho de 1996, em Lisboa, aquando da realização da I Conferência de Chefes de Estado e de Governo que marcou o estabelecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entidade que reuniu à altura, países como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Reuniram-se os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos; do Brasil, Fernando Henrique Cardoso; de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro; de Portugal, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro português, Antonio Guterres; da Guiné-Bissau, João Bernardo "Nino" Vieira; de Moçambique, Joaquim Chissano; o representante de São Tomé e Príncipe e ainda o Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, durante a Conferência Constitutiva da CPLP.

A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e

património comum dos Oito – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico. Para a prossecução desses objectivos a Comunidade tem promovido a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados-membros.

As acções desenvolvidas pela CPLP têm objectivos precisos e traduzem-se em directivas concretas, voltadas para sectores prioritários, como a Saúde e a Educação. Para tal, procura-se mobilizar interna e externamente esforços e recursos, criando novos mecanismos e dinamizando os já existentes.

A reunião deste grupo de Estados – situados em quatro Continentes e englobando mais de 230 milhões de pessoas – consolidou uma realidade já existente, resultante da tradicional cooperação Portugal-Brasil e dos novos laços de fraternidade e cooperação que, a partir de meados da década de 1970, se foram criando entre estes dois países e as novas nações de lín-



Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Brasília, no Brasil, de 31 de Julho a 1 de Agosto de 2002

gua oficial portuguesa. A institucionalização da CPLP traduziu, assim, um propósito comum: projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os Países de Língua Portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico.

Neste esforço, são utilizados não apenas recursos cedidos pelos governos dos países membros, mas também, de forma crescente, os meios disponibilizados através de parcerias com outros organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas, interessadas no apoio ao desenvolvimento social e económico dos Países de Língua Portuguesa.

No tocante à concertação político-diplomática, tem-se dado expressão crescente aos interesses e necessidades comuns em organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nos fora regionais e nas negociações internacionais de carácter político e económico, a CPLP tem-se assumido como um factor capaz de fortalecer o potencial de negociação de cada um dos seus Estados-membros.

No campo económico, procura-se aproveitar os instrumentos de cooperação internacional de um modo mais consistente, através de uma concerta-

ção regular entre os Oito. Outro ponto importante em que se tem vindo a desenvolver esforços significativos é o da cooperação empresarial.

Para a valorização e difusão do idioma comum, realça-se o papel crescente que é exercido pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, assim como pelo Secretariado Executivo da CPLP, que desenvolveu uma rede de parcerias voltadas para o lançamento de novas iniciativas nas áreas da promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Seis anos mais tarde a seguir à Constituição, a 20 de Maio de 2002, com a reconquista da sua independência, Timor-Leste passou a integrar como Estado-membro de pleno direito da Comunidade.

FONTES: Embaixada de Timor-Leste em Lisboa, Portugal/ SE CPLP ■

SINTRA

Património Mundial

Mais do que extraordinariamente bela,
verdadeiramente única



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMÓNIO MUNDIAL



Importância geopolítica da Língua Portuguesa para Timor-Leste

1. O valor universal da Língua

O valor universal da Língua Portuguesa concebida pela sua dimensão cultural, social, científica e histórica na confluência de civilizações constituem reconhecidamente alicerces fundamentais na identificação da vida da nação timorense e o seu Estado. O fenómeno de aculturação de séculos veiculada pela Língua Portuguesa e pela Religião, plasmada por normas e do Direito de matriz civilista ou continental, pujante de manifestações de cultura, gastronomia, arte e conhecimento que remonta séculos de existência, fez de Timor-Leste a moldura cultural de referência. O Português é a língua do saber. Uma “janela” de oportunidades para o Mundo. Como Língua de cariz universal traz conhecimentos de ciência, tecnologia e valores humanos. Em torno desta Língua, nascem e crescem valores inconfundíveis que embrionaram o espírito da nação timorense, constituindo as bases estruturantes para o desenvolvimento social, político e económico do País.

Acrescido a estes valores, a Língua

Portuguesa constitui inequivocamente para Timor-Leste, a par da Língua Tétum e dos símbolos nacionais, o valor singular e a diferenciação para a delimitação política da sua soberania e o indicativo determinante da sua fronteira geográfica, na caracterização da sua cidadania e do seu espaço lusófono. Pela razão de ser desta identidade e do espaço onde se encontra, é o garante fundamental para o equilíbrio geopolítico de Timor-Leste na região, procurando de forma inteligente e concertada a defesa dos seus interesses nacionais.

É indiscutível que a Língua Portuguesa, como denominador comum e vector de comunicação num universo de mais de 240 milhões de falantes do idioma nos quatro cantos do Globo, desenvolve fortes relações, sociais e internacionais, sendo ao mesmo tempo factor de união, identidade e força.

2. Factor Identitário

Como atrás se referiu, a caracterização desta identidade veiculada pela língua não se esconde e nem se prescreve no

tempo. Ganha de forma expressiva com a reconquista da Independência de Timor-Leste. Consolida-se com o testemunho do seu credo e a sua fé. É a língua da razão e da liberdade. Através dela se exprime a vontade do povo timorense. Afirmam-se os valores da cidadania, da história, escreve-se as bases da fundação da sua nacionalidade; a constituição política e serve de elo para com muitos povos e países espalhados no Mundo.

A sua identidade leva-o à sua adesão ao espaço lusófono, uma ligação privilegiada pela luta e pela história de povos e continentes com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta identidade traz a auto estima dos seus povos, a interacção social dos mesmos e o seu relacionamento.

A soberania do seu espaço e do seu território faz Timor-Leste o País insular de 15007 km², com a sua orla e fronteira marítima uma bandeira da lusofonia sempre vibrante ao mundo.

A Língua portuguesa para Timor-Leste é fundamental. Torna-o distinto a sua soberania. Constitui sobremaneira o



Mural emblemático numa das ruas do Distrito de Manatuto

pilar da sobrevivência política, o equilíbrio geopolítico e económico na região.

Reconhecido este valor de identidade nacional, a Língua Portuguesa é o vector de ligação e comunicação com os Países da CPLP na sua inter-relação humana, cultural e política mais diversas.

A Língua e a Cultura – vectores intrínsecos e insubstituíveis – são valores encontrados nesta identidade lusófona; esta vertente bicéfala tanto pela língua como pela cultura, produz necessariamente um forte impacto no mundo. A Língua Portuguesa constitui de facto, um património comum, um futuro global.

3. Vector da concertação político-diplomática

A Língua Portuguesa e a sua Comunidade, expressões de liberdade constituem factores de reflexo do estreitamento de relações sociais e relacionamento entre povos e nações, que lhes são atribuídos reconhecimento da política e concertação de esforços na luta para a libertação de Timor-Leste e afirmação da Independência do País. Timor-Leste invadido e ocupada pela Indonésia e bloqueada pela Austrália viu-se impedido de exercer a sua auto-determinação e a afirmação da sua soberania em mais de duas décadas, onde foi dizimada mais de um terço da sua população. Facto que a História contemporânea regista com profundo pesar, assim como os próprios leste-timorenses. Não se pode subestimar a importância que a CPLP representa para os seus membros. Este é um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento das suas relações sociais, culturais e políticas através da cooperação entre os estados membros, concertação política e diplomática nos fóruns internacionais, apoio à consolidação dos Estados-membros e prossecução dos seus objectivos nacionais.

4. Importância geopolítica da Língua

O interesse capital: É o interesse nacional. Assenta-se nestas premissas de



Ensino do português na escola primária em Com, Lospalos

valores demonstrados neste fenómeno do capital linguístico lusófono e da lusofonia que se deve à importância da Língua Portuguesa para Timor-Leste. Neste contexto apontam-se os seguintes valores: O equilíbrio geopolítico de Timor-Leste passa também pelo reforço da cooperação privilegiada com os outros países da CPLP, e ainda pelo multilateralismo e projecção de uma economia de envergadura, pela concertação político-diplomática, pelas vertentes sociais, culturais e pelas vantagens comparativas e competitivas com outros povos não lusófonos.

Ao enunciar-se a importância geopolítica da Língua e Timor-Leste ao assumir-se como Estado-membro de pleno direito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Comunidade presente nos quatro continentes - Timor-Leste assume naturalmente a importância do valor estratégico que esta estrutura multilateral de Estados, confluentes falantes da língua comum, representa.

Esta importância geopolítica assume cada vez maior projecção no Mundo com a concertação política e diplomática dos seus Estados-membros, ainda no reforço da cooperação a nível económico, social e tecnológico e na defesa dos seus interesses nacionais.

5. Equilíbrio geopolítico regional

Para além do aprofundamento das nossas relações com as diversas Organizações Internacionais, entre as quais,

a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e plataformas regionais, seria igualmente imprescindível e natural, promover-se a franca cooperação com os Estados vizinhos no âmbito da política de boa vizinhança e intercâmbio comercial. Por outro lado torna-se de suma importância o desenvolvimento de Timor-Leste no sentido da diminuição da dependência do apoio externo.

Como é sabido, Timor-Leste detém uma posição e um valor geoestratégico de grande importância por estar situado num dos quatro principais canais de passagem marítimos que faz a ligação entre o Oceano Índico e o Pacífico. Por estar localizado na fronteira entre o sudeste do continente asiático e a Oceânia, faz com que haja necessidade de haver uma sensibilidade acrescida sobre esta questão.

Tendo em vista os objectivos de interesse nacional enunciados, seria pertinente que Timor-Leste pudesse usufruir na plenitude os seus recursos, desde o capital humano aos recursos naturais dando exemplo a importância que representa a área marítima soberana de Timor-Leste que requer reforço de vigilância das suas águas territoriais. Como tem sido constatado, as águas territoriais de Timor-Leste têm sido por vezes alvo de incursões ligadas a actividades de pesca ilegal. Anualmente, Timor-Leste tem um prejuízo de cerca de 30 milhões de dólares (19,8 milhões de euros) devido a estas actividades que

prejudicam os recursos naturais e violam a soberania do País.

6. Vantagens comparativas e projecção económica

Alguns exemplos de afirmação dos Estados-membros da CPLP no mundo, como é o caso do Brasil que territorialmente é quase um continente e os índices de desenvolvimento deste País tudo apontam para que se torne numa potência mundial, desde já como líder do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a par dos esforços verificados dos países emergentes da CPLP como Angola, Cabo Verde e Moçambique se tornem importantes intervenientes regionais (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - CEDA, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - SADC, União Africana - UA) e ainda Portugal como Estado Membro da União Europeia.

Espaço de interrelacionamento de vários espaços regionais: União Europeia

com a casa da Europa, Portugal de forma bilateral, o Brasil através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Língua oficial de oito Estados de quatro continentes, o Português é também Língua de comunicação de doze organizações internacionais, nomeadamente na União Europeia, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), MERCOSUL, Organização dos Estados Americanos (OEA), União Latina, Aliança Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Organização de Unidade Africana (OUA), União Económica e Monetária da África Ocidental, idioma obrigatório nos países do Mercosul e língua oficial da SADC, organização que integra a maioria dos países africanos do hemisfério sul.

Da Cooperação surgida da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da ÁSIA e da EUROPA "ASEM" (Asia-Europe Meeting), entre os Países

da União Europeia e os Países da Associação das Nações do Sudeste-Asiático (ASEAN) e China, Coreia e Japão, com a entrada de Timor-Leste como Estado-membro de pleno direito na ASEAN em 2012 será um dos momentos em que estarão presentes dois Países de Língua Portuguesa (Timor-Leste e Portugal). Nesta Organização estão representadas as regiões mais prósperas do Mundo.

Projecção da Língua Portuguesa nos quatro continentes. A língua é falada na África pelos países que formam os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), na América Latina pelo Brasil, na Europa por Portugal e na Ásia por Timor-Leste. É considerável o peso que esta língua tem no mundo. Hoje, mais de 240 milhões de pessoas falam o Português, o equivalente a cerca de quatro por cento da população mundial.

Traz a capacidade de projecção de influência e poder de cada Estado-membro da CPLP nos espaços geo-



Uma Rede de Tecnologia e Qualidade

- Edificações - Insp. Técnicas
- Indústria - Insp. Técnicas
- Desenvolvimento Sustentável
- Manutenção e Integridade Estrutural
- Investigação e Desenvolvimento
- Construção Civil
- Construção Mecânica
- Técnicas de CND
- Laboratórios
- Formação

www.isq.pt

gráficos, tanto terrestres como marítimos, recordando a possibilidade de estreitamento de laços de cooperação com as Organizações Regionais onde se inserem os Estados-membros pertencentes à Comunidade.

No conceito da maritimidade da CPLP, será importante recordar que cobre mais de 9/12 da superfície do planeta, é e continuará a ser no futuro próximo o mar a via mais eficiente e económica para as trocas comerciais e são as zonas costeiras no planeta, orlas marítimas, as zonas onde se situam as sociedades mais prósperas.

7. Cooperação Internacional

Sendo a Língua um factor comum na Comunidade, tornar-se-á fácil o entendimento e a comunicação dos mesmos que fortaleça a cooperação entre os Estados. Esta mesma língua cria também laços de amizade, solidariedade, sentido de defesa mútuos e de interesses comuns de cada um dos Países de Língua Portuguesa. O enquadramento de Timor-Leste neste relacionamento estratégico torna-o privilegiado com os Estados-membros da CPLP designadamente com a cooperação portuguesa, brasileira, angolana e cabo-verdiana. Anota-se que actualmente o Brasil e Angola constituem Estados potencialmente emergentes, o primeiro a nível mundial e o segundo a nível regional.

É na cooperação que se tornam reais as vantagens privilegiadas que Timor-Leste usufrui com Portugal e o Brasil em áreas tão diversas, desde a construção de infra-estruturas básicas para o povo e para a construção do aparelho de Estado, o desenvolvimento rural, a agricultura, pequenas e médias tecnologias, sector da saúde, ensino e educação, sector da justiça e a segurança e a defesa. Timor-Leste através da sua cooperação bilateral com Portugal absorve 40 por cento do pacote de ajudas da cooperação Internacional portuguesa baseada nas referências da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), constituindo o segundo maior doador de

Timor-Leste, depois da Austrália, tendo canalizado no período de 2004-2006 para Díli um total de 149,5 milhões de dólares (cerca de 119 milhões de euros). Do mesmo tratamento, Timor-Leste beneficia também com o Brasil através da cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Existe a manifestação de intenções do reforço da cooperação com Angola e Cabo-Verde, num futuro próximo com outros Estados-membros da CPLP oriundos dos PALOP, nas formas bilateral, e no formato trilateral a serem identificados um parceiro financiador.

Conclusão

Primar-se pela defesa dos interesses nacionais, isto é afirmação constante e a capitalização do interesse nacional são a revelação do verdadeiro patriotismo. O capital histórico, o capital cultural, o conhecimento e a ciência onde a Língua Portuguesa e o vector desta transformação, trazem consigo os valores da sua defesa, de auto-realização, oportunidades e ponto de ligação com outros povos no estreitamento dos seus valores e no reforço da cooperação para o seu desenvolvimento. O realismo político, outrora impregnado de ironia, é-nos agora afável na plena asserção da palavra, associada ao idealismo do interesse nacional da Pátria Timor-Leste. Em causa está a sobrevivência e a defesa do Estado-Nação num mundo cada vez mais complexo, globalizado e interdependente, o que torna desafiador num espírito de ambição exigir o máximo e a excelência para se alcançar o possível.

O reforço da cooperação internacional para o desenvolvimento económico de Timor-Leste terá de ser considerado como uma alavanca nesta fase inicial em que se encontra a jovem Nação, salientando as vantagens comparativas e competitivas do factor da Língua Portuguesa que representa para o País.

Em termos prospectivos salienta-se a importância da dimensão a médio e longo prazo dos mercados lusófonos,

uma vez que segundo as projecções do Relatório da ONU sobre a situação da população mundial prevê-se o crescimento para cerca de 360 milhões de consumidores, tornando a Língua Portuguesa um factor de vantagem comparativa para a dinâmica das relações económicas e comerciais inter-continentais onde estão representados os Estados-membros da CPLP.

A nível regional onde Timor-Leste se insere é de enorme vantagem constatar que está localizado entre regiões economicamente dinâmicas como o Sudoeste Asiático e a Oceânia, para além da facilidade de acesso à economia da Ásia-Pacífico.

Por outro lado, são visíveis as oportunidades no que toca ao capital histórico e cultural da Língua Portuguesa na Ásia, remontando ao legado deixado pelo período de influência portuguesa, o que poderá traduzir numa mais valia da aproximação de mercados e afinidades civilizacionais como por exemplo com Malaca na Malásia, Macau na China, Tailândia, Vietname, Japão, entre outros.

Na sequência do que foi deliberado na sétima conferência de Chefes de Estado e do Governo da CPLP, a aposta nas tecnologias de informação e comunicação poderão para além de promover a Língua Portuguesa como ferramenta de trabalho, dinamizar o sentido crítico da inovação tecnológica que se torna fundamental no aspecto da vantagem competitiva de qualquer economia.

Augura-nos afirmar o que já muitas vezes se tem abordado como estratégia e visão da Língua Portuguesa, como factor de diferenciação da matriz identitária neste mundo global deve haver um esforço em definir novas fronteiras globais, fronteiras da Língua e da Cultura. Como meia ilha que é, Timor-Leste ganha com a Língua Portuguesa essa fronteira global e ampla, que atravessa oceanos e une continentes. Com a Língua Portuguesa deixamos de nos sentir apenas como esta ilha para nos sentirmos parte deste mundo global.

Acordo Ortográfico

“Uma estratégia de concertação global”

O **Acordo Ortográfico** tem constituído nos últimos anos e meses, senão mais intensamente no último ano, um tema de amplo debate em instâncias governamentais e de Estado, bem como no seio da sociedade civil dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Finda a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, os países de Língua Oficial Portuguesa adoptaram uma estratégia global comum para a promoção e difusão da Língua não só como veículo de encontro cultural mas também como ferramenta de trabalho. A ambição é a de transformar a Língua Portuguesa numa ferramenta de cooperação internacional, onde se possa fazer ouvir nas instâncias internacionais.

Não obstante, também no seguimento dos debates sobre o Acordo, surgiram posições contestatárias que são apresentadas no presente artigo.

O Acordo Ortográfico foi apresentado a Timor-Leste após a Restauração da Independência Nacional por se reunirem condições para que o Acordo Ortográfico pudesse ser submetido a análise e discussão. Durante o Encontro dos Ministros da Defesa da CPLP em Díli, o Ministro dos Negócios Estrangeiros em declarações à imprensa pronunciou que será feita uma Declaração de Intenção.

Durante a VII CCEG-CPLP, o Presidente da República, José Ramos-Horta, ao firmar a Declaração de Lisboa, congratulou a adopção de medidas que permitam a sua entrada em vigor em Timor-Leste.

As vantagens da adopção do Acordo Ortográfico poderão passar pelas seguintes razões:

- *De natureza histórica. De facto, será imperioso pôr cobro a uma deriva ortográfica de quase um século;*
- *De âmbito lusófono e internacional. Sendo a Língua Portuguesa um instrumento de comunicação de oito países, de quatro continentes, com mais de duzentos milhões de falantes, e língua oficial ou de trabalho de uma dúzia de organizações internacionais, tornar-se-á urgente que se disponha de uma só ortografia unificada, para uma mais fácil concertação;*
- *De natureza pedagógica e internacional. Nos vários estabelecimentos de ensino e instituições no mundo ensinam-se e cultivam-se o português, conviria que houvesse uma só ortografia, ao invés de duas, para facilitar a aprendizagem;*

As origens das duas ortografias da Língua Portuguesa

Fazendo uma retrospectiva da origem da divergência ortográfica da Língua Portuguesa, esta questão surgiu no rescaldo da Implantação da República Portuguesa, realizou-se então a 1ª Reforma Oficial da Ortografia Portuguesa que, em 1911, estabeleceu uma ortografia simplificada, consagrada nos textos oficiais de ensino, então adoptada pelo Estado português.

A questão teve então origem nesta profunda reforma que não foi concertada no momento com a República Brasileira, e desde essa data a língua tem comportado duas grafias.

Sucedo que a língua, como realidade dinâmica que é, está sujeita a evolução, e também constitui um veículo de transmissão de conhecimento, de tecnologia e de entendimento e encontro entre Povos. A ortografia do Português, não sendo excepção, e as duas ortografias então existentes desenvolveram-se por caminhos diferentes, adaptadas às suas realidades locais, não obstante as várias iniciativas de Portugal e do Brasil, singulares e concertadas, no sentido da unificação.

Harmonizar sinergias

Hoje, encontramos-nos num mundo globalizado, onde as distâncias físicas foram encurtadas pelas tecnologias de informação e comunicação, e perante a realidade da existência de mais de 200 milhões de pessoas que falam Português em todo o mundo, tornou-se urgente uma maior concertação de esforços no sentido de reorientar e harmonizar as sinergias de cooperação entre os Países de Língua Oficial Portuguesa, tendo em vista uma projecção global, sendo pertinente a reunificação da ortografia, através do Acordo Ortográfico.

No seguimento dos desenvolvimentos, os Estados signatários do Acordo contam-se com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, onde se encontra em aberto a adesão de Timor-Leste, que em 1990 ainda não tinha restaurado a independência.

Neste sentido, o Acordo Ortográfico na sua versão original, de 1990, previa a entrada em vigor apenas quando se verificasse a ratificação por todos os signatários.

Os Protocolos Modificativos assim adoptados alteraram apenas a modalidade de entrada em vigor do Acordo. O conteúdo, i.e., as alterações ortográficas do Acordo Original mantêm-se.

Não obstante, foi necessário um Segundo Protocolo Modificativo pois as alterações produzidas pelo primeiro, alargando o prazo para entrada em vigor, demonstraram-se ineficazes. A assinatura do 2º Protocolo estabelece que, o Acordo Ortográfico entrava em vigor com a ratificação por três dos Estados signatários, naturalmente, para os Estados que procedessem à ratificação. O Primeiro Protocolo Modificativo, não apresenta hoje qualquer conteúdo prático.

O Acordo, na sua redacção original de 1990, previa a entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994, após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados signatários. Esta disposição tornou-se letra morta quando a data foi ultrapassada sem terem sido efectuadas as ratificações.

Esta redacção foi alterada pelo Protocolo Modificativo e em bom rigor, visto que não se extrai dos textos qualquer outra data, não existe um prazo para ratificação do Acordo.

Desde 1994 até à actualidade, esta questão continuou pertinente e houve a necessidade de “ressuscitar” o Acordo Ortográfico pela Língua Portuguesa ser o idioma oficial em oito Estados soberanos, mas que tem duas ortografias, ambas correctas, a de Portugal e a do Brasil. Não se trata de uma imposição unilateral de nenhuma das partes, mas também é verdade que daí advêm desvantagens na manutenção desta situação e a língua será internacionalmente tanto mais importante quanto maior for o seu peso unificado.

A existência de dupla grafia limita por si a dinâmica do idioma e as diferenças criam obstáculos, maiores ou menores, em todos os incontáveis planos em que a forma escrita é utilizada: seja a difusão cultural i.e. literatura, cinema, teatro; a divulgação da informação i.e. jornais, revistas, mesmo a TV ou a Internet; as relações comerciais i.e. propostas negociais, textos de contratos etc., onde o Português escrito é utilizado. Isto, se considerarmos apenas as relações intracomunitárias nos oito países da CPLP.

Nas relações internacionais, recorde-se que existem quatro grandes línguas – o Inglês, Francês,

Português e Espanhol – e que o Português é a única com duas grafias oficiais.

Assim, no plano intracomunitário, a dupla grafia dificulta a partilha de conteúdos, no plano internacional, limita a capacidade de afirmação do idioma, provocando, por exemplo, traduções quer literárias quer técnicas diferentes para Portugal e Brasil.

A contestação surgida ao Acordo

Depois de analisadas as questões em prol do Acordo Ortográfico, analisaremos de seguida os argumentos do “Não”, em parte surgidas em Portugal, através de um movimento da sociedade civil que apresentou o “Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa”.

O Manifesto fez-se ecoar por instâncias oficiais, sociedade civil e apresentado às Missões Diplomáticas dos Estados-membros da CPLP, entre as quais, à Embaixada de Timor-Leste em Portugal.

No plano substantivo, os signatários apelaram à “correção das inúmeras imprecisões, erros e ambiguidades do texto actual”, “eliminação das facultatividades nele previstas ou por ele tomadas possíveis, nos domínios do H” inicial (Base II), das consoantes mudas (Base IV), da acentuação (Bases VIII-XI) e das maiúsculas e minúsculas (Base XIX)”, a “reposição da questão das consoantes mudas (Base IV) nos precisos termos do Acordo de 1945”, a “explicitação de regras claras para a integração na ortografia portuguesa de palavras de outras línguas dos PALOP, de Timor-Leste e de outras zonas do mundo em que se fala português, dado que o texto do Acordo de 1990 é omissivo nesta matéria”, a “elaboração dos vocabulários ortográficos a que se refere o Art.º 2.º do Acordo de 1990 – por instituições idóneas e com base em debate científico sustentado, e nos termos do mesmo, uma vez que são *conditiones sine quibus non* para a entrada em vigor de qualquer convenção desta natureza”, a “realização de estudos sobre o impacto real das vinte e uma bases do Acordo de 1990 no vocabulário do português europeu tendo em conta a frequência dos vocábulos, a existência de vocabulários de especialidade e acautelando a necessidade imperiosa da normalização terminológica”, a “elaboração de estudos e pareceres sérios sobre as consequências no médio e no longo prazo da entrada em vigor do Acordo Ortográfico nos vários sectores afectados

nas sociedades que seguem a norma ortográfica euro-afro-asiático-oceânica”. Finalmente, instaram à “posição clara do Ministério da Educação de Portugal sobre esta matéria, baseada em pareceres técnicos de entidades idóneas, que afectará nas próximas décadas o ensino da Língua Portuguesa, e, por decorrência, de todas as outras disciplinas.

Já no plano formal, os contestatários sentiram a necessidade de se atender a que o Acordo Ortográfico não pode entrar em vigor sem estar ratificado por todos os países que subscreveram o Protocolo Modificativo de 2004, sob pena de se cavar um fosso ortográfico em relação aos países que ainda não ratificaram nem o Acordo, nem esse Protocolo”.

Bastaram três ratificações

O Acordo Ortográfico entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2007, depois da ratificação do Acordo e do Segundo Protocolo Modificativo pelos três Países de Língua Oficial Portuguesa, sendo estes, o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O terceiro signatário a ratificar o Acordo foi São Tomé e Príncipe que depositou os documentos correspondentes em Dezembro de 2006.

Este processo que demorou cerca de dezassete anos, deveu-se sobretudo às razões que cada um dos signatários do Acordo Ortográfico tem para proceder ou não à sua ratificação, sendo matéria de foro interno de cada Estado.

Esta questão, muitas vezes confundida como um Acordo da CPLP, constitui apenas um Acordo entre Estados que têm como idioma oficial a Língua Portuguesa, e que por sua vez não deixam também de pertencer à CPLP enquanto Estados-membros. Por este motivo, a CPLP remete para os Estados a divulgação de informações quanto a esta questão.

Presentemente, dado que o Acordo Ortográfico já entrou em vigor nos três dos oito Países de Língua Portuguesa, nos países que ainda não ratificaram o documento, o Acordo não tornará parte dos ordenamentos jurídicos nacionais dos signatários e assim, as alterações que estabelece não se verificarão na ortografia desses países, sendo um dos casos, o de Timor-Leste.

Todavia, é de lembrar que o objectivo é a unificação, e que o ideal seria que todos os países avançassem em uníssono.

Alcance do Acordo Ortográfico

Com efeito, a medida do sucesso do Acordo Ortográfico depende da sua ratificação e implementação por todos os Estados signatários. Só com todos poderá atingir o pleno dos seus objectivos originais.

O Acordo, recorda-se que se ocupa apenas das regras ortográficas e define um patamar de compromisso em termos ortográficos. Cabe a cada um dos Estados envidar esforços no sentido de chegar a esse patamar. O processo de implementação não se encontra definido no Acordo.

Entende-se assim que caberá a cada Estado estudar as suas necessidades específicas e definir o plano de acção nacional, no sentido de concretizar o Acordo. Assim, remete-se para as autoridades nacionais qualquer informação sobre prazos e custos.

Quanto aos prazos de implementação, sendo que cada país definirá o seu plano de acção, os efeitos do Acordo começarão a sentir-se à medida que as autoridades nacionais avançarem com a sua implementação.

Assim, será o plano de acção nacional de implementação de cada Estado que definirá as áreas – ensino, administração pública, comunicação social, etc. – onde as alterações se farão sentir em primeiro lugar.

Dada a complexidade relativa em termos técnicos, i.e. manuais escolares, e financeiros, cada Estado adoptará, provavelmente, planos de acção faseados.

Recorda-se que não será a entrada em vigor, *per se*, do Acordo, que levará os cidadãos a respeitarem as novas regras ortográficas. Existe uma nova ortografia, mas a sua implementação não é instantânea. Serão possivelmente definidos, pelos próprios Estados, períodos de transição para as áreas onde tal faça sentido, ex.: manuais escolares, gramáticas e dicionários, formulários de serviços públicos, contratos, etc.

O processo de implementação do Acordo não obedecerá a nenhuma moratória mas tão só será definido pelos próprios Estados um período de transição, onde eventualmente e naturalmente as duas grafias conviverão, que será diferente consoante o contexto. Isto é, qualquer livreria terá, durante os anos vindouros, livros nas suas prateleiras escritos nas duas grafias, mas dificilmente se encontrará, uma vez implementado o Acordo, um jornal diário que não reflecta as alterações.

Por este exemplo vê-se que as diferentes manifestações da língua escrita terão, pelos seus ciclos naturais, diferentes prazos para absorver as alterações.

Da explicação das alterações ortográficas

Segundo os dados disponibilizados pela Academia de Ciências de Lisboa, à data da celebração do Acordo, o número de palavras cuja ortografia seria alterada não ultrapassaria os dois por cento. Pouco mais de duas mil palavras num universo de 110 mil.

Não estão contudo contabilizadas: as alterações à utilização do hífen e as resultantes da supressão do trema, diminutas em número e de fácil apreensão.

Segundo o próprio Acordo, o esforço de unificação da grafia foi presidido por um critério fonético, isto é, a ortografia das palavras é alterada no sentido de as aproximar à forma falada. i.e.: abolição das consoantes mudas.

Dado que o critério fonético está subjacente às alterações, o Português falado não é alterado, pois a forma falada do Português não sofrerá qualquer alteração no curto prazo – embora não seja de excluir que, no futuro, o “p” que os portugueses utilizam em baptismo e pronunciam muito levemente, venha a desaparecer.

Repare-se que no cenário actual de duas grafias, portuguesa e brasileira, mesmo dentro dos limites territoriais de cada um destes dois Estados, existem diferentes formas de falar o português, não obstante cada um dos países ter apenas uma ortografia.

No mesmo sentido, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que usam a ortografia portuguesa, falam o português de forma diversa, quer entre si, quer da falada em Portugal ou no Brasil.

Os cambiantes da língua falada não serão afectados pelo Acordo.

Altera-se a ortografia no sentido de a unificar, utilizando a fonética apenas como um dos instrumentos dessa unificação ortográfica. ■

FONTES:

Embaixada de Timor-Leste em Lisboa, Portugal/ Secretariado Executivo da CPLP / “Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa” / “Atual – O novo acordo ortográfico” de João Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia, Lisboa, 2008



Fotografia: Presidência da República Portuguesa / Luís Catarino

VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP no Centro Cultural de Belém, Lisboa, Portugal

Timor-Leste

na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

A sétima Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CCEG-CPLP), decorreu nos dias 24 e 25 de Julho de 2008 em Lisboa, Portugal.

O Estado da República Democrática de Timor-Leste fez-se representar pelo Presidente da República, José Ramos-Horta, o Vice Primeiro-Ministro, José Luís Guterres, o Embaixador de Timor-Leste em Lisboa, Manuel Soares Abrantes, o Director de Política Externa do Ministério dos

Negócios Estrangeiros, Constâncio Pinto, Conselheiro da Embaixada de Timor-Leste em Lisboa, Antonito de Araújo e membros convidados, Mari Alkatiri, o Bispo Dom Carlos Felipe Ximenes Belo, SDB e Abílio Araújo.

A sétima CCEG-CPLP contou com a participação dos Estados-membros de Angola, representado pelo Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos e Vice-Ministro das Relações Exteriores, Georges Rebelo Chikoty; do Brasil, Presidente da República, Inácio Lula da Silva, Ministro

da Educação, Fernando Haddad; de Cabo Verde, o Presidente da República, Pedro Pires, Ministro da Cultura, Arnaldo Andrade de Matos; da Guiné-Bissau, Presidente da República, João Bernardo Vieira, Ministra dos Negócios Estrangeiros, Maria da Conceição Nobre Cabral; de Moçambique, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Henrique Alberto Banze, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Eduardo José Bacião

Koloma, Ministro da Educação e Cultura e Função Pública, Aires Ali; de Portugal, Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, Primeiro-Ministro, José Sócrates; de São Tomé e Príncipe, Presidente da República, Fradique Menezes, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Carlos Alberto Pires Tiny.

Esta sétima CCEG-CPLP foi marcada pela passagem do testemunho, através da rotação da Presidência guineense da CPLP para a portuguesa, e da passagem do cargo de Secretário-Executivo da CPLP detido por Cabo Verde para a Guiné-Bissau.

A concertação político-diplomática entre Timor-Leste e a CPLP

No plano da concertação político-diplomática, foi realçada a necessidade de a CPLP continuar a desenvolver uma acção estratégica de projec-

ção internacional consolidando-a através da cooperação com as organizações internacionais e regionais, os Grupos CPLP nos fóruns internacionais e nas capitais dos Estados-membros e Países terceiros, em matérias de interesse comum e concertação destes Grupos, considerado crucial para o reforço da CPLP.

No âmbito do estreitamento da cooperação entre os Estados-membros da CPLP com Timor-Leste, o acompanhamento regular da situação interna, ajudando a identificar e minorar os problemas, procurando soluções para prevenir conflitos, designadamente através do reforço do diálogo entre as autoridades nacionais e da consolidação das instituições.

Em breve, será estabelecida uma Representação Permanente da CPLP em Díli, projecto deliberado pela sétima CCEG-CPLP, com o objectivo primor-

dial de promover a concertação político-diplomática a nível nacional e regional, e iniciativas que contribuam para a consolidação do Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos, no quadro dos princípios consagrados pela Organização. Desta forma, a CPLP reforçará, também, a sua presença no país e na região, consubstanciando a cooperação com Timor-Leste.

Atendendo à importância que as diásporas representam para o desenvolvimento do país, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP frisaram a necessidade de dar continuidade à concertação diplomática para, em conjunto, desenvolver programas que permitam aproximar as comunidades emigradas dos Estados-membros, nelas incluídas a diáspora timorense, às suas culturas e simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que a Língua Portuguesa



Fotografia: Secretariado Executivo da CPLP



Fotografia: LUSA

Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates e o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva cumprimentam o Presidente de Timor-Leste, José Ramos-Horta

é um factor de união das comunidades emigradas dos diferentes Estados membros da CPLP.

Programa Indicativo de Cooperação

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) da CPLP para o médio prazo tem como quadro de referência a Estratégia Geral de Cooperação, aprovada na sexta Conferência de Chefes de Estado e de Governo, na qual foi manifestado o interesse em que a cooperação para o desenvolvimento esteja em harmonia com os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). Toma-se assim prioritário que permita uma coordenação e concertação de esforços dos órgãos da CPLP para potenciar benefícios em prol da Comunidade.

São objectivos do PIC o apoio aos esforços de desenvolvimento humano dos Estados-membros e o reforço das suas capacidades, tendo como referência o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e ainda, constituir-se no principal instrumento da cooperação multilateral no espaço CPLP, mobilizando projectos estruturantes e decisivos para o processo de desenvolvimento sustentável dos países beneficiários.

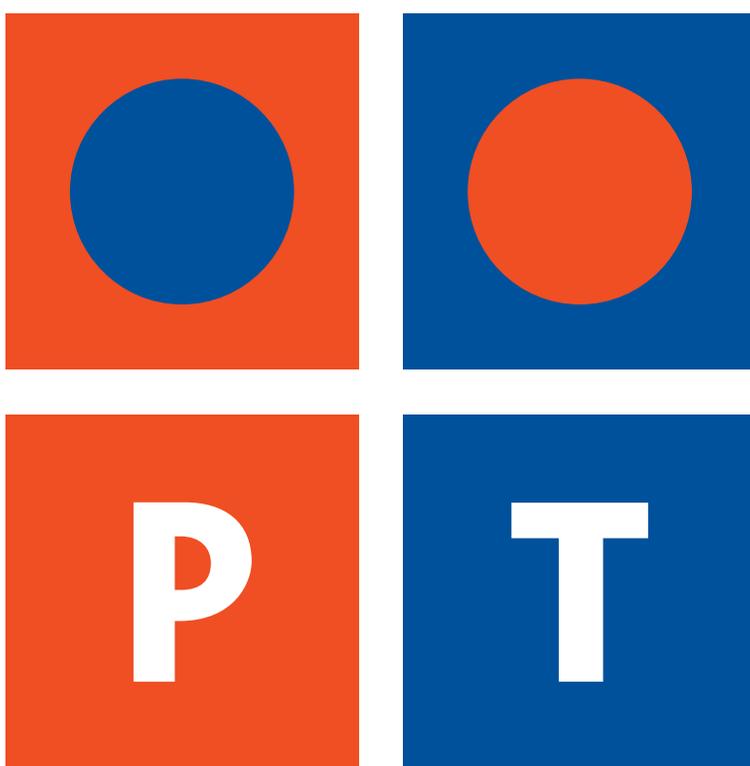
No plano da Cooperação da CPLP destacam-se ainda os programas dos Centros Regionais de Excelência que surgiram das convenções assinadas por todos os Estados-membros da CPLP, no ano de 2004, na sequência da Conferência da CPLP em Luanda, Angola. Estes centros servirão para

apoiar a formação e o desenvolvimento de quadros técnicos no âmbito Empresarial e da Administração Pública.

São estes os centros especializados, os Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE), que visam a Formação de Formadores em Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas e os Centros Regionais de Excelência para a Administração Pública (CREAP), com o objectivo de formação de formadores nas áreas da Administração Pública.

Para Timor-Leste, tem sido de grande preocupação a formação de quadros e o seu capital humano para as áreas técnico-administrativas para a boa governação sem descurar as áreas do empreendedorismo e do seu tecido económico e comercial. ■

“A Portugal Telecom tem muita honra em associar-se a esta edição dedicada à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”



A Portugal Telecom detém mais de 20 participações internacionais em 4 Continentes (América, África, Ásia e Europa)

Encontros Bilaterais

à margem da VII CCEG da CPLP

Fotografia: Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Portugal



Durante a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que decorreu no Centro Cultural de Belém em Lisboa, Portugal, o Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos-Horta manteve à margem da Conferência, encontros de alto nível. Nestes encontros, constaram a vi-

sita oficial e de cortesia ao Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, ao Primeiro-Ministro do Governo português, José Sócrates e ao Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Jaime Gama.

Em relação aos contactos presidenciais mantidos com o tecido

empresarial português, o Grupo Portugal Telecom organizou uma visita ao Senhor Presidente da República de Timor-Leste às instalações da sede, onde estiveram presentes o Presidente Executivo da PT, Zeinal Bava, o Ministro das Obras Públicas e Telecomunicações do Governo português, Mário



Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos-Horta recebido pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva no Palácio de Belém



Presidente



Atividade de lembranças entre o Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos-Horta e o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, José Sócrates

Lino, entre outros membros das respectivas comitivas.

Os encontros agendados do Presidente da República de Timor-Leste estenderam-se ainda ao Santuário de Fátima, no dia 26 de Julho, com intuito de agradecimento pessoal, depois de ter sobrevivido ao atentado de Fevereiro pas-

sado. O encontro entre o Presidente da República, José Ramos-Horta e o Reitor do Santuário, Monsenhor Luciano Guerra e um grupo de noviças leste-timorenses teve lugar na Casa da Nossa Senhora das Dores, onde foi oferecido um almoço em homenagem à visita presidencial.

No seguimento da agenda do Pre-

sidente da República de Timor-Leste, a comitiva seguiu para Ovar, onde aguardava uma recepção organizada pela Câmara Municipal de Ovar e uma exposição de pintura subordinada ao tema "ADN, Abertura da descoberta da nau", da artista plástica Maria Dulce, na mesma cidade. ■



Fotografia: Portugal Telecom

Presidente da República de Timor-Leste visita Portugal Telecom



Fotografia: Portugal Telecom

Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos-Horta é recebido pelo Presidente Executivo da Portugal Telecom, Zeinal Bava.

O Português em Timor-Leste, que futuro?



Luís Costa
Professor de Língua Tétum

O português faz parte da história de Timor-Leste e é uma das línguas maternas, atendendo à sua sobrevivência durante, mais ou menos, trezentos anos, a par das línguas locais de família austronésia e papua.

Como o tétum foi por muitos anos factor de unidade e de identidade nacional, ao funcionar como língua comum de todos os grupos, o português também se tem mostrado capaz de se harmonizar com as línguas locais porque, durante séculos, a colonização portuguesa, por sua incapacidade ou por sua conveniência, nunca interferiu gravosamente nas instituições locais e/ou fez poucas tentativas para mudar a cultura timorense.

O português é um idioma de grande importância para Timor-Leste, pois, sendo uma importante língua internacional, falada por mais de duzentos milhões de pessoas nos países da CPLP, pode proporcionar a Timor-Leste vantagens sociais e culturais e benefícios materiais. O português é uma língua do património cultural, de memória histórica e literária e de convivência na tradição local.

No entanto, para que o português não desapareça em Timor-Leste torna-

-se necessário implementar o uso e ensino sistemático do tétum, pois o tétum, sendo uma língua fundamentalmente de tradição oral, irá buscar ao português vocábulos para se tornar apta a ser língua de ensino, língua de cultura e de ciência.

Haverá futuro?

No meu entender o idioma português só terá futuro em Timor-Leste se os políticos leste-timorenses continuarem a permitir que a Língua Portuguesa seja língua da administração e língua das escolaridades básica e complementar, em suma, seja língua oficial. No entanto, para que uma língua possa constituir língua oficial de facto de um país, não basta que tal fique determinado na lei; ela tem que ser capaz de responder a todas as necessidades de comunicação: tem de ser o veículo de toda a informação, de toda a ciência, de toda a técnica, ser língua de ensino, tem que ser capaz de responder a todas as necessidades da sociedade.

Para isso deve-se:

- Utilizar a Língua Portuguesa para conhecer e dar a conhecer os



Alunos leste-timorenses ávidos em aprender o português

aspectos fundamentais da cultura do país;

- Usar formas simples de comunicação oral e escrita nas relações em comunidade e do meio para aprender normas de conduta na vida social e política;
- Ler e saber contar, oralmente e por escrito, histórias relacionadas com a comunidade;
- Compreender e pôr em prática regras elementares da organização e funcionamento da língua, em frases simples;
- Utilizar adequadamente actos da fala variados.

O futuro constrói-se.

Acredito que, enquanto os timorenses tentarem viver na tolerância e na paz, haverá um espaço para falar, ler e escrever português, haverá um espaço para construir uma lusofonia.

Nessa construção/solidificação da lusofonia timorense há que dar lugar para trabalhos práticos de investigação, lugar para desenvolver o domínio do português e capacidades profissionais, estreitamento de laços entre a intelectualidade e meios académicos lusófonos e os sectores leste-timorenses organizados, desenvolvendo projectos sem paternalismos.

Uma vez que o português em Timor-Leste terá de ensinar-se como língua oficial a par do Tétum, é de toda a importância apostar também na investigação do tétum. Isto envolve coisas como: avaliação dos materiais e estudos portugueses ou estrangeiros realizados sobre o tétum; incentivar investigação sobre o tétum de modo a torná-lo capaz de servir os seus falantes em todas as situações de comunicação: oral e escrita, familiar e cuidada, informal e formal. Significa torná-la apta a ser língua de ensino, língua de cultura e de ciência.

A lusofonia em Timor-Leste depende dos laços e actividades conjuntas que os chamados “cooperantes” e as entidades académicas lusófonas saibam e queiram construir com os sectores leste-timorenses. Não basta enviar cooperantes para ensinar português nas escolas, para dar aulas de português aos professores timorenses. É necessário criar condições para que o ensino seja assegurado pelos timorenses, é necessário assegurar uma formação contínua dos docentes timorenses por formadores qualificados, é necessário garantir que o ensino de português contribua para a afirmação da identidade e expressões culturais do País.

Cabe aos responsáveis da cultura, enfim, cabe a todos construir Timor-Leste na cultura através da língua para que: »»

Luís Costa

*Birus tetek,
Loriku tetek;
Ruas semo hamutuk,
Mesa lain kmurak.*

*(Os pássaros voam,
Os loricos voam;
Voam lado a lado,
Com suas asas doiradas)*



Porto de Luanda em Angola

Empreendedorismo na

No actual mundo globalizado, onde se fazem sentir mais do que nunca a interdependência, a cooperação a nível económico e comercial para permitir o desenvolvimento sustentado das sociedades e das nações, o espaço geográfico compreendido pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e os seus agentes económicos têm vindo a demonstrar cada vez mais a sua relevância na cena internacional.

Dos vários defensores da importância geo-económica da CPLP no mundo, entre os quais, os catedráticos Ernâni Lopes ou Jorge Braga de Macedo, desde cedo têm vindo a enunciar as potencialidades económicas, os recursos naturais e o capital humano dos oito Estados-membros da CPLP, que serão fundamentais para o progresso dos próprios países e para a construção do Bem Comum da Comunidade.

Por esta razão, nunca será demais recordar os estudos levados a cabo pelo organismo português do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), dirigido pelo Professor Doutor Jorge Braga de Macedo, como é caso o artigo "Não Esquecer Bissau".

A cooperação da sociedade civil dos oito Estados-membros da CPLP, a nível económico e comercial deu um importante passo ao constituir durante a V Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, no ano de 2004, o Conselho Empresarial da CPLP (CE-CPLP), organismo inserido no âmbito dos membros Observadores Consultivos da Comunidade.

Conselho Empresarial da CPLP

O CE-CPLP teve a sua origem na proposta realizada pelo I Fórum Empresarial no ano de 2002, e visa



Fotografia: LUSA

Indústria de mobiliário em Díli, Timor-Leste

CPLP

a promoção da troca de informações, cooperação empresarial e prospecção de novas oportunidades de negócios e de investimentos no espaço da CPLP. Por outro lado está apostado na dinamização das relações entre empresas e entidades suas representantes no âmbito espacial da lusofonia, com o fim de constituir instrumento privilegiado da contribuição dos seus associados para o desenvolvimento, o crescimento e o bom funcionamento das economias no sistema económico mundial, a promoção das actividades privadas e o reforço da confiança entre todos os parceiros económicos e instituições de financiamento daqueles Estados e, ainda, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a diminuição das assimetrias entre aqueles Estados.

As actividades do Conselho Empresarial serão orientadas no sen-

tido de promover e incrementar o comércio e o investimento entre os oito Estados Membros da CPLP e os países das regiões económicas onde cada um deles se insere, procurando ser um “ponto de encontro” para aquele efeito e um facilitador de contactos empresariais e políticos que permitam o desenvolvimento de parcerias.

O Conselho actuará junto das organizações multilaterais de financiamento do desenvolvimento com vista à captação de fundos para a execução de projectos a desenvolver nos Estados membros, nomeadamente no âmbito dos fundos do Acordo de Cotonou, que une a União Europeia e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

O Conselho Empresarial procurará ainda identificar sistematicamente os problemas que impedem o salutar desenvolvimento da actividade das empresas, propondo aos Governos me-

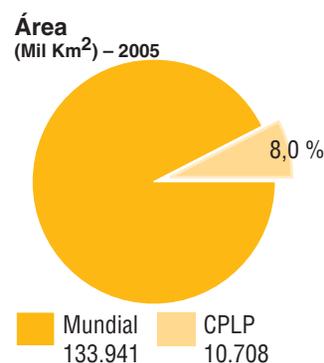
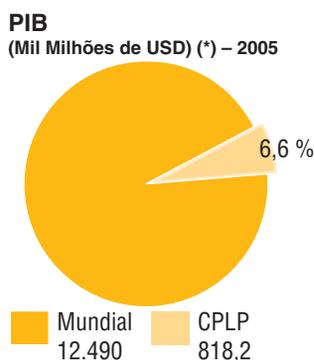
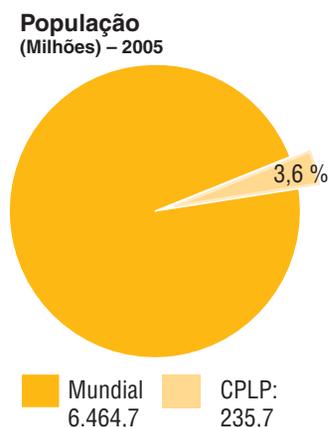
didias e soluções para um melhor clima de negócios e investimentos. Neste sentido, o Conselho diligenciará a obtenção de recursos para o reforço institucional das associações empresariais nomeadamente através da formação profissional e da sua capacitação técnica.

A entidade impulsionadora para a constituição do CE-CPLP foi a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, e nesta senda, participaram outras associações de índole empresarial dos restantes sete Estados-membros da CPLP, onde Timor-Leste se fez representar pela Associação Empresarial de Timor-Leste.

Desafios e oportunidades para Timor-Leste

Quatro anos volvidos, este membro Consultivo da CPLP enfrenta os

A CPLP no Mundo



(*) Estimado

(a) IDE nos países da CPLP.

FONTE: Banco Mundial
UNCTAD, World Investment Report
EIU, Country Reports (2006)

desafios propostos pela actual conjuntura económica e comercial do mundo globalizado e torna-se importante a adaptação da actuação estratégica para acompanhar o evoluir dos tempos.

Da óptica leste-timorense, o mais jovem Estado-Nação do mundo do século XXI, está repleta de oportunidades mas também de desafios.

A sua situação económica actual de Timor-Leste tem-se baseado no comércio tradicional, numa cultura de subsistência predominantemente agrária, na produção de café, cravo e copra, elegendo como principal bem de exportação o café. Se por um lado a economia assenta no sector primário, dos vastos recursos marítimos e energéticos, poderão traduzir-se no desenvolvimento de indústrias, e dos recursos energéticos são eles traduzidos em petróleo e gás natural então descobertos no Mar de Timor nos últimos anos.

De facto, estes recursos naturais constituem certas garantias no apoio ao desenvolvimento, mas também torna-se num imperativo que a economia leste-timorense vá desenvolvendo e diversificando, pela vontade empreendedora dos seus empresários, aproveitando as sinergias e as oportunidades propiciadas pela cooperação intra comunitária no caso da CPLP, com acesso privilegiado a outras plataformas económicas e comerciais regionais pujantes como o Mercosul pelo Brasil, ou a União Europeia (UE) através de Portugal, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e em 2012, Timor-Leste já como membro de pleno direito da Associação de Nações do Sudeste-Asiático (ASEAN), é um mundo que se abre, numa das regiões mais prósperas e promissoras do mundo.

Tanto que esta é uma relação privilegiada para Timor-Leste, como os

Estados-membros da CPLP poderão ver Timor-Leste uma janela de oportunidades para o acesso a regiões em franco desenvolvimento económico, comercial, cultural e tecnológico, que é o Sudeste-Asiático e a Ásia-Oriental.

O empreendedorismo na CPLP terá de passar pela percepção e consciencialização da importância que representa num mercado global, com a possibilidade de se projectar nos cinco continentes, com a existência de uma Comunidade constituída por mais de 200 milhões de pessoas. Têm uma vantagem comparativa, através da partilha de uma mesma história, pela influência de uma matriz cultural comum, pelo meio de comunicação ser feito por uma mesma Língua. São conhecimentos mútuos, ideias, inovações, informações privilegiadas que circulam, que poderão traduzir-se na riqueza dos Povos e no desenvolvimento do Bem Comum. ■



Sócios da Coelho Ribeiro e Associados, Rui Botica Santos e Embaixador António Martins da Cruz

CRA 25 anos de energia ao serviço dos “Recursos Naturais”

Sócio da Coelho Ribeiro e Associados (CRA), fundador da CRA Timor e da rede internacional de escritórios lusófonos - CRA Global, acumula ainda as funções de Presidente do agrupamento de escritórios internacionais *Pannone Law Group* (PLG), que representa distintas sociedades de 20 países, advogado inscrito na Ordem de Advogados Portuguesa e Brasileira, é também um dos mais novos e mais nomeados árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto (*Court of Arbitration for Sport*), com sede em Lausanne, contando já com cerca

de 50 nomeações nos últimos quatro anos.

Definido pelos amigos como “o papa milhas”, da nossa parte simplesmente registámos, ao longo da simpática entrevista realizada, que o espaço natural para o exercício da sua advocacia não se confina a quaisquer fronteiras terrestres, estando sempre disponível a enfrentar novos “mundos” e “experiências”, com o intuito de identificar boas oportunidades de negócios para os clientes, a que se somam a humildade e a simplicidade pela qual os grandes líderes de hoje sempre se pautam.

Com forte inspiração na velha tradição dos descobrimentos, também este jovem advogado aventureiro tenta explorar para os clientes da CRA novas oportunidades de negócio em terrenos além-mar. Fala com um brilho nos olhos sobre o sucesso do projecto de internacionalização do escritório em Timor-Leste, dos estreitos laços estabelecidos com o Brasil, Angola, Macau, São Tomé, Moçambique e, mais recentemente, com a Guiné-bissau.

Discípulo de um grande Mestre da advocacia portuguesa – José Manuel

Coelho Ribeiro – Rui Botica Santos tem demonstrado saber conduzir com sucesso a internacionalização do escritório, tarefa com a qual tem contado, nos últimos anos, com a ajuda e colaboração do seu grande Amigo Embaixador António Martins da Cruz, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e consultor de várias empresas, incluindo da CRA.

A CRA, enquanto Sociedade de Advogados de primeira linha nos mercados energéticos, revela uma forte liderança na assessoria de investidores internacionais no espaço da CPLP, estando a acompanhar investimentos na área dos recursos naturais em quase todos os países que integram a CPLP.

Qual a relação da CRA com a CPLP?

Desde cedo que tivemos uma visão global e internacional da advocacia.

A delineação da estratégia de expansão do nosso escritório começou nos anos 80. O nosso sócio fundador e Mestre Professor Coelho Ribeiro foi dos primeiros advogados portugueses a estabelecer fortes e duradouras ligações internacionais com escritórios de outros países e a ter uma presença e participação assídua e activa em reuniões, encontros, seminários e conferências de juristas a nível internacional. Aliás, o invejável percurso profissional do Professor Coelho Ribeiro é a origem e o exemplo da dinâmica de internacionalização que a CRA quer continuar a prosseguir e aperfeiçoar.

Enquanto Bastonário da Ordem dos Advogados, Presidente do CCBE - *Council of Bars and Law Societies of Europe* - e advogado de reconhecido prestígio e autoridade em matérias relacionadas com a arbitragem internacional, o Professor Coelho Ribeiro foi um pioneiro no *savoir faire* da internacionalização da advocacia portuguesa, internacionalização esta que passava sempre pelo estabeleci-

mento de sinergias e de uma colaboração estratégica com colegas e profissionais dos Países de Língua Portuguesa, sempre à procura da partilha de novos conhecimentos e da hipótese de trazer experiência e *know how* a países que muito deles necessitavam.

Por isso, a CRA foi, sem surpresa, a primeira sociedade de advogados portuguesa a iniciar e concretizar um projecto de internacionalização com a abertura de um escritório próprio em Maputo. Esta experiência ocorreu em 1994 e permitiu-nos, não só ganhar desde cedo uma maturidade e *know how* invejáveis na internacionalização do nosso projecto de advocacia, como também trazer a experiência e a excelência da assessoria jurídica a um país em reconstrução.

Princípios como os de que a satisfação do cliente deve ser o primeiro objectivo, aliados a um tratamento exemplar e possibilidade de qualquer colaborador da CRA poder contribuir e ser ouvido no desfecho de decisões estratégicas eram novos para os países da CPLP.

Através de uma presença própria ou de parcerias estrategicamente estabelecidas com escritórios dos países da CPLP, através da rede de escritórios "CRA Global", a CRA tem uma presença forte em todos os países da CPLP, com excepção de Angola.

A nossa opção pelo adiamento da integração de um escritório Angolano não se deve a qualquer desinteresse por este país. Bem pelo contrário, Angola é neste momento um espaço de grande oportunidade para as empresas portuguesas. A consolidação da democracia e o crescimento invejável da economia Angolana têm sido, nos últimos anos, factores de grande atracção para a internacionalização das empresas portuguesas.

A CRA não fica à margem deste desejo, mas atendendo aos assuntos que temos em mãos e às relações de amizade estabelecidas com vários

Colegas Angolanos, alguns dos quais com estágio realizado na nossa sociedade, não é fácil fazer opções e estabelecer relações privilegiadas com um único escritório de advocacia angolano.

Porquê o desafio da Internacionalização da CRA na CPLP?

A CRA teve sempre, desde o início, uma forte vocação para a internacionalização.

Sempre apostámos em fazer do nosso escritório um elo de ligação, um espaço de promoção e captação de investimentos para os países que integram a CPLP em que as afinidades culturais, como seja a língua, a história e o sistema jurídico, são laços que permitem o aproveitamento de sinergias em benefício de todos, de Portugal e dos países irmãos com os quais formamos um espaço de influência política cada vez mais unido.

Estamos crenes de que Portugal pode desempenhar um papel importante como porta de entrada e captação de negócios na CPLP. É pelo menos neste desafio que despendemos as nossas energias.

Claro está que esta vocação para a internacionalização está também intimamente relacionada com as áreas de actuação da CRA. Com forte experiência na assessoria de investidores estrangeiros em negócios e assuntos relacionados com a área de recursos naturais, a CRA disponibiliza um leque de vastos contactos que permitem oferecer um serviço diferenciado e completo.

Neste momento, a CRA faz o acompanhamento dos projectos mineiros com mais relevo na economia portuguesa, estando também a acompanhar e assessorar investimentos mineiros significativos em Angola, Brasil e Moçambique, que envolvem investidores americanos, chineses, noruegueses e canadianos.

Porque a decisão de abrir um escritório próprio em Timor-Leste?

Logo após a restauração da independência de Timor-Leste, tive a oportunidade de me deslocar por diversas vezes a este território lindíssimo e fascinante.

Na altura, a CRA acompanhava um grupo de investidores estrangeiros interessados em participar no concurso de atribuição de blocos para pesquisa e prospecção na área conjunta (designada por "JPDA" - *Joint Petroleum Development Area*) e no Mar de Timor (designada por "TSDA" - *Timor Sea Designated Authority*).

A abertura das Autoridades locais à instalação de um escritório de assessoria jurídica em Díli, a simpatia do povo leste-timorense e o desejo de cooperar com a mais jovem democracia do mundo, foram factores determinantes na decisão da abertura

de um escritório CRA em Timor-Leste.

Com uma aposta clara num nicho de mercado composto pela assessoria a empresas do sector da energia e dos transportes, a equipa CRA Timor é composta por cerca de 10 pessoas, as pessoas certas para a assessoria qualificada e específica do escritório, coordenadas pelo expert na matéria, Rui Botica Santos, sendo Miguel Carreira Martins o responsável máximo sedado em Díli.

A CRA Timor aposta forte nos estudantes locais, e todos os anos é atribuído o prémio Coelho Ribeiro e bolsas aos melhores alunos da Universidade de Timor-Leste.

A actividade *pro bono* da CRA abrange também a Embaixada de Timor-Leste em Lisboa.

Apesar de estar presente há apenas 2 anos em Timor-Leste, a CRA já se entrosou perfeitamente na cultura do país.

Actualmente, temos muito orgulho no sucesso que se regista com o nosso projecto de assessoria jurídica em Timor-Leste. Como apoiantes da causa leste-timorense, entendemos que devíamos arriscar e dar um contributo para o desenvolvimento do país.

Mesmo nos períodos mais críticos da política leste-timorense nos últimos três anos, confesso que nunca pensámos em abandonar o projecto. Talvez por nunca termos sentido receios.

Sempre fomos muito bem recebidos e tratados em Timor-Leste, reconhecendo estarmos a lidar com "um dos povos mais simpáticos e humildes que já conheci".

Em Timor-Leste a "energia" não está apenas no aproveitamento dos recursos naturais, mas também nos recursos humanos e na generosidade do povo timorense. Acredito que Timor-Leste vai conseguir vencer os desafios que tem a braços. ■





Fotografia: Joaquim Magalhães de Castro

A dedicação da professora leste-timorense no ensino da Língua Portuguesa

Nas sendas do Milénio

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é o mais recente Estado membro da Organização das Nações Unidas e membro de pleno direito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este ano, a RDTL completou o seu sexto aniversário da Restauração da Independência Nacional e como Estado livre e soberano tem vindo a comprometer-se em atingir as metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, um desafio global.

Actualmente, Timor-Leste mantém-se no rol de Países Insulares em Vias de Desenvolvimento, considerado um dos mais pobres da região do Sudeste -Asiático, onde um quinto da população tem como rendimento diá-

rio cerca de cinquenta cêntimos de dólar norte-americano e quase metade abaixo de um dólar por dia. São valores ainda muito abaixo do desejado, pretende-se que dentro de 7 anos a redução da pobreza seja para 14%, diminuindo assim o número de população a viver abaixo do limiar da pobreza.

Do ano de 2002 a 2005 poderemos considerar como uma fase primeira de desenvolvimento e estabilidade do Estado timorense. Segundo o relatório último do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que data de 2005, os dois ODM's que mais evoluíram foram os pontos dois e três, respectivamente a prossecução do ensino primário universal e a promoção da igualdade de género

bem como a formação das mulheres, ressaltando ainda que há um longo percurso a trilhar para atingir a plenitude dos objectivos e respectivas metas.

No período entre 2006 e 2007, como é sabido, a RDTL foi atingida por uma crise política profunda que causou instabilidade no país obrigando à estagnação de vários programas de desenvolvimento em curso e dos sectores vitais da nação, que só veio a retomar o rumo do desenvolvimento nos tempos mais recentes.

O panorama de então, não era muito diferente do descrito no relatório do PNUD sobre a evolução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2005, em alguns casos como nos sectores económicos e in-

fra-estruturais sofreram um retrocesso no caminho evolutivo da prossecução dos ODM's, mas no entanto a evolução nos últimos dois anos não foi apenas negativa.

Citando as palavras do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, "Conscientes de que as prioridades do País são muitas e que a criação de condições para uma melhoria substancial da qualidade de vida de todos os timorenses não depende exclusivamente da vontade política mas também de um conjunto de factores económicos, sociais e culturais, que têm que ser perfeitamente compreendidos e transformados".

O Governo da RDTL mantém uma evolução estável na prossecução do Objectivo segundo dos ODM's, que é a garantia que todas as crianças, de ambos os sexos, concluam um ciclo completo de ensino primário.

Da recuperação da crise política à estabilização política e social do país em 2007, vindo ao encontro do desafio desta apresentação, revelamos que mais de 65 por cento das crianças mantêm-se matriculadas no primeiro ciclo, cerca de 170 mil alunos.

Entretanto, através da implementação do Plano Nacional para a Educação aprovado pelo Governo, o desenvolvimento do Ensino Básico foi eleito uma prioridade.

Infra-estruturas escolares

A nível infra-estrutural tem-se constatado melhorias no sentido de acréscimo de número de escolas e de equipamentos reconstruídos, foi implementado o curriculum escolar primário a nível nacional, onde a Língua de instrução é o português, registou-se um reforço de 145 por cento no Orçamento de Estado para o investimento no sector, o equivalente a 26,79 milhões de dólares norte-americanos, segundo a fonte do Ministério da Educação. Por outro lado, o ensino é obrigatório até ao 9º ano e gratuito até ao 12º ano na rede estatal escolar.

Nº de alunos matriculados - 2006

Distritos	Rapazes	Raparigas
Aileu	4678	4050
Ainaro	5989	5144
Baucau	9960	8662
Bobonaro	8840	8349
Cova Lima	4905	4713
Dili	10993	9914
Ermera	9578	8299
Lautem	6697	6175
Liquica	5985	5133
Manatuto	4134	3691
Manufahi	4827	4406
Oecusse	4316	4425
Viqueque	8450	7670
Sub-Total	89352	80631
Total	169983	

Fonte: Ministério da Educação de Timor-Leste

Número de escolas

Distritos	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Aileu	62	9	4
Ainaro	63	10	3
Baucau	134	27	9
Bobonaro	123	9	4
Cova Lima	79	11	5
Dili	73	20	21
Ermera	89	10	5
Lautem	76	9	3
Liquica	50	7	2
Manatuto	48	9	4
Manufahi	64	11	5
Oecusse	46	6	4
Viqueque	86	15	7
Sub-Total	993	153	76
Total	1222		

Fonte: Ministério da Educação de Timor-Leste

Em 2005 projectou-se a nível nacional o sistema de refeições quentes para os jovens estudantes do ci-

clo primário mas foi interrompida na sequência da crise política.

A formação de professores tem sido

outra aposta, desde a implementação dos cursos de formação do Ministério da Educação à “actualização” do plano curricular dos antigos professores.

Existem por outro lado, também dificuldades.

Essas dificuldades residem sobretudo no abandono e insucesso escolar, cujas taxas se têm mantido respectivamente nos níveis dos 10 por cento e 14 por cento, a dados de 2006.

As acessibilidades às escolas continuam deficientes, e com o aumento do número de crianças inscritas nas escolas, tem-se constatado a diminuição do rendimento do agregado familiar, sobretudo das famílias que vivem da produção doméstica, factores muitas vezes causadores de abandono escolar.

Indicadores e metas

Contudo os indicadores das tabelas em anexo, designadamente do número de alunos matriculados no ano de 2006, do número de estabelecimentos de ensino, da relação do abandono e do insucesso escolares, conclui-se que apesar dos desafios e dificuldades sen-

tidas pelos alunos, existe um aproveitamento considerável da nova geração de jovens leste-timorense.

A RDTL e a cooperação internacional, nomeadamente no âmbito da CPLP têm dado um grande contributo para o desenvolvimento desta área, considerada crucial e estratégica para o incremento dos recursos humanos e conseqüente desenvolvimento futuro do país.

Na promoção da igualdade de género e formação das mulheres, foi evidenciado um sinal evolutivo e positivo continuado desde 2002, a nível estrutural, apesar da violência doméstica consistir ainda uma das maiores preocupações do Governo. Timor-Leste com uma população maioritariamente do sexo feminino, num rácio de cerca de 3 para 1, concluímos que 75 por cento do número total de estudantes são do sexo feminino e 74 por cento do sexo masculino, revelador da importância futura do papel das mulheres na sociedade timorense.

Numa análise por sectores, as mulheres constituem uma franja considerável nas estruturas da função pú-

blica timorense, nomeadamente nas forças policiais e militarizadas, valores comparativamente elevados que se têm mantido, no sector hospitalar, no ensino, entre outros.

A participação política das mulheres evoluiu em 50 por cento nos cargos governamentais, na actual legislatura, registou-se o maior aumento de sempre de mulheres eleitas para o Parlamento Nacional.

Dos progressos realizados, aguarda-se ainda a aprovação do projecto de lei sobre a Violência Doméstica que transitou da anterior legislatura. Considera-se igualmente urgente a implementação de estratégias e campanhas de prevenção da violência doméstica e criação de estruturas de apoio às vítimas, entre outras medidas.

A disparidade salarial entre os géneros é outra das preocupações do governo, por ainda se manter elevada.

De sublinhar, o sector da Saúde, transversal a pelo menos cinco dos oito ODM's, segundo os dados do actual governo, tem-se vindo a efectuar uma melhoria significativa na comunicação e coordenação das actividades programadas



Estudantes leste-timorenses em Liquiçá

entre os Serviços Centrais de Saúde, os Serviços Personalizados e os Serviços Distritais de Saúde. Pela primeira vez os Directores Nacionais e chefes de departamento reuniram-se com os directores dos Centros de Saúde Comunitários, o que significa uma maior coordenação e comunicação entre os serviços, rumo à maior descentralização.

Verificou-se ainda um aumento do nível de participação comunitária nos programas de sensibilização para a educação e promoção da saúde, através de um novo Sistema Integrado de Saúde Comunitária, no âmbito de uma mudança estratégica para solucionar a problemática da acessibilidade dos serviços de saúde junto das populações. Investiu-se na melhoria e aquisição e distribuição de medicamentos e material médico, através da nomeação de uma nova equipa de aprovisionamento, no seio do Ministério da Saúde, com competência e flexibilidade para compra rápida de medicamentos.

A nível de sustentabilidade e investimento na saúde, Timor-Leste conta actualmente com cerca de 700 estudantes de medicina em Cuba, que gradualmente irão substituir o contingente de médicos estrangeiros presentes em Timor-Leste, nomeadamente cubanos e chineses.

Desafios do presente

Um dos maiores desafios do Estado leste-timorense será sem dúvida a melhoria do objectivo primeiro dos ODM's, a erradicação da pobreza extrema e a fome.

Todos os indicadores evolutivos hoje apresentados, representam o esforço destes seis anos da Independência Nacional restaurada, na erradicação da pobreza, uma vez que é entendido que só através da dotação de recursos humanos qualificados nos diversos sectores da sociedade é que Timor-Leste poderá progredir de um modo sustentado.

Actualmente Timor-Leste encontra-se no centésimo quinquagésimo lugar

Abandono escolar – 2006/7

Distritos	Rapazes	Raparigas
Aileu	477	401
Ainaro	638	404
Baucau	927	737
Bobonaro	1427	1249
Cova Lima	554	410
Dili	717	497
Ermera	682	557
Lautem	534	427
Liquica	708	609
Manatuto	587	436
Manufahi	620	440
Oecusse	864	734
Viqueque	1014	858

Fonte: Ministério da Educação de Timor-Leste

Insucesso escolar – 2006/7

Distritos	Rapazes	Raparigas
Aileu	1092	755
Ainaro	553	358
Baucau	1507	1093
Bobonaro	1502	1347
Cova Lima	875	774
Dili	592	466
Ermera	1106	940
Lautem	1505	1248
Liquica	876	660
Manatuto	789	643
Manufahi	698	534
Oecusse	705	672
Viqueque	1488	1168
	23946	

Fonte: Ministério da Educação de Timor-Leste

da mais recente tabela do Índice de Desenvolvimento Humano, considerado de desenvolvimento humano médio. Poderemos ousar fazer uma leitura da grande vontade do Estado timorense em melhorar as condições do país, do bem-estar desta jovem nação.

A garantia da boa governação, é a garantia de eficiência e sentido da excelência, meio caminho trilhado para um maior impulso no desenvolvimento do país, mas também preocupamo-nos em obter ganhos evolutivos no sétimo ODM, de garantir a sus-

Os 8 Objectivos do Milénio

Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

- Meta 1.** Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia
- Meta 2.** Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome

Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal

- Meta 3.** Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário

Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres

- Meta 4.** Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

- Meta 5.** Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

- Meta 6.** Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças

- Meta 7.** Até 2015, parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA
- Meta 8.** Até 2015, parar e começar a inverter a tendência actual da incidência da malária e de outras doenças graves

Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

- Meta 9.** Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais
- Meta 10.** Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável
- Meta 11.** Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

Objectivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento

- Meta 12.** Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório
- Meta 13.** Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados
- Meta 14.** Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- Meta 15.** Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo
- Meta 16.** Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo
- Meta 17.** Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento
- Meta 18.** Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação

tentabilidade ambiental e no oitavo ODM, com a criação de parcerias globais para o desenvolvimento, cujos exemplos de excelência são com a ONU, a CPLP e a União Europeia, entre outros países parceiros para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Será neste sentido, que o actual Governo da RDTL irá continuar o seu esforço reformador para atingir a plenitude dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio preferencialmente dentro dos prazos estipulados pelas metas dos ODM's. ■

“Cumprir Bissau – Desafios e Contribuição da CPLP para o cumprimento dos ODM”

Recorde-se que a CPLP promoveu em Junho passado a primeira conferência “Cumprir Bissau – Desafios e Contribuição da CPLP para o cumprimento dos ODM”, decorrida no Centro de Congressos de Lisboa, em Portugal.

Este evento patrocinado pelo Secretariado Executivo da CPLP em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, pretendeu dar seguimento ao trabalho desenvolvido pela presidência guineense da CPLP e aos debates da VI Conferência de Chefes de Estado que teve lugar em Bissau, na Guiné-Bissau, em Julho de 2006, subordinado ao tema “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) pelos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A conferência “Cumprir Bissau – Desafios e Contribuição da CPLP para o cumprimento dos ODM”, contou com a presença e intervenção do Embaixador de Timor-Leste em Portugal, no painel dos “Progressos na concretização dos ODM pelos Estados-membros da CPLP. ■



Ao centro, a soldado Silvina Ximenes da FALINTIL – Forças da Defesa de Timor-Leste – F-FDTL

Estreia das F-FDTL nos exercícios Felino, completa quadro de cooperação técnico militar da CPLP

No passado dia 18 de Setembro de 2008, realizou-se pela primeira vez o exercício militar conjunto – Exercícios Felino – com os oito Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O local escolhido para os Exercícios Felino 2008 foi nas imediações da Base de São Jacinto, Aveiro, Portugal.

O Embaixador de Timor-Leste em Lisboa, Portugal, esteve presente na cerimónia inaugural dos Exercícios Felino 2008, testemunhando assim a primeira participação de sempre das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), com um contingente de 21 militares do Exército e da Marinha, em exercícios de cooperação técnico militar no seio da CPLP. A guarnição timorense foi a única que incorporou uma soldado.

A cerimónia foi conduzida pelo Presidente da República Portuguesa,

e também Comandante Supremo das Forças Armadas, realizando uma visita ao aprontamento de forças militares, dos três ramos, representantes dos Estados-membros da CPLP para o Exercício Felino 2008.

Nas instalações do Regimento de Infantaria n.º 10, em São Jacinto, Aveiro, o Comandante Supremo das Forças Armadas Portuguesas visitou as actividades de treino conjunto e combinado dos militares que constituem a Direcção do Exercício, o Estado-Maior da Força de Tarefa da CPLP e a respectiva Força de Tarefa.

No decorrer da visita, o Presidente da República Portuguesa realçou a importância dos Exercícios da Série Felino, e o Felino 2008 em particular, para a criação de uma capacidade militar da componente de defesa da Comunidade de Países de Língua

Portuguesa, através do treino de uma Força de Tarefa que permita um incremento da interoperabilidade das suas forças armadas e de uma força deste tipo que seja, eventualmente, constituída com vista à participação em operações de paz e humanitárias sob a égide da Organização das Nações Unidas.

Continuou salientando que, também, a relevância da interoperabilidade, como elemento essencial para as forças poderem actuar em conjunto, e a forma como a língua, uma das principais particularidades da Comunidade, se afirma nesse particular como veículo facilitador e instrumento essencial para o sucesso da CPLP e, neste caso, da sua componente de defesa.

O Comandante Supremo das Forças Armadas Portuguesas reiterou, ainda, o encorajamento à acção



Militares do contingente dos Estados-membros da CPLP

conjunta das Forças Armadas e à sua capacidade para participar e enquadrar forças internacionais em operações de paz e humanitárias que considera um instrumento fundamental da componente externa da política de defesa nacional e de reconhecido valor no esforço global de incremento da estabilidade, da paz e da mitigação dos desequilíbrios internacionais.

Estiveram também presentes na visita do Senhor Presidente da

República Portuguesa o Ministro da Defesa Nacional de Portugal, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa de Portugal, Secretário Executivo da CPLP, Embaixadores dos Países Membros da CPLP, Chefes de Estado-Maior dos Ramos, Governador Civil de Aveiro e

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, entre outras entidades.

Exercício Felino

Os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série Felino, desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o treino



Operação militar nos Exercícios Felino 2008 decorrida na Base Aérea de São Jacinto, Aveiro, Portugal



Contingente das F-FDTL recebido na Embaixada de Timor-Leste em Lisboa, Portugal

para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais.

Neste âmbito, a finalidade do Exercício Felino 2008 foi "Exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada, no quadro da CPLP, no sentido de incrementar a interoperabilidade e o treino das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP, com vista ao seu

emprego em operações humanitárias e de apoio à paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas".

O cenário do Exercício Felino 2008 foi fictício e caracterizou uma situação de crise humanitária com implicações de segurança. Decorreu em ambiente permissivo, empregando dados geográficos reais de Portugal e decorreu na região AVEIRO-OVAR.

A preparação do exercício contou ainda com actividades de formação de

quadros de que se salientaram o estágio centrado nas matérias do Planeamento Operacional e das Regras de Empenhamento, que teve lugar no Centro de Simulação do Exército (Pedrouços), no período de 16 a 20 de Junho, e o Estágio de Operações de Apoio à Paz a ministrar pelo Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz da Escola Prática de Infantaria (CITOAP/EPI) no RI 10. ■

Entrevista: Major Quintas

O contingente militar de vinte e um militares timorenses que participou pela primeira vez nos Exercícios Felino da CPLP, foi comandado pelo Senhor Major Quintas, com vasta experiência militar que remonta aos dias da Resistência e de Guerrilha, a revista "Timor-Leste Embaixada" quis registar este momento pioneiro com algumas declarações do Comandante das Operações.

Como tudo começou? Que balanço faz desta cooperação?

É a primeira vez que participamos activamente nos Exercícios Felino da CPLP, há três anos éramos observa-



dores, recordando a participação em Moçambique em 2003, em São Tomé e Príncipe em 2004 e depois em Angola em 2005, nos anos de 2006 e 2007 não nos foi possível participar devido à situação política de então.

O resultado foi positivo, sendo que o País é membro da CPLP, é um orgulho ter tido a oportunidade de participar já em 2008, na projecção da força de Timor-Leste nesta organização militar da CPLP.

Em termos práticos em que é que se traduziu?

Como força de um país esta é a primeira vez que viemos participar, sentimos cada vez mais orgulho em participar neste exercício adquirindo um conjunto de conhecimentos e de experiências a nível técnico e de tácticas militares.

Neste exercício conseguimos familiarizar as forças a nível da CPLP e temos vindo a ganhar experiências e conhecimentos com as forças armadas dos Países de Língua Portuguesa.



Momentos durante a reunião do Conselho de Ministros da Defesa da CPLP em Díli, Timor-Leste

Timor-Leste

na Presidência do Conselho de Ministros da Defesa

Ministro dos Estrangeiros da RDTL quer participação mais activa na CPLP

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) assumiu a presidência do Conselho de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, durante a X Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, decorrida no segundo trimestre de 2008. Até então a Presidência do Conselho de Ministros estava a cargo de Cabo-Verde.

A assunção deste compromisso representa para Timor-Leste um novo desafio e renovado empenho de cooperação com a CPLP no sector da concertação político-militar.

O compromisso feito pelos oito Estados-membros da CPLP na área da cooperação técnico-militar assentou na instituição dos Centros de Excelência, segundo designados na Declaração de Díli, que constituem uma proposta por-

tuguesa para a política de defesa comum da CPLP e que pretendem constituir uma rede de formação de formadores em áreas específicas.

No seguimento da reunião de Díli, o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD-CPLP) ficou incumbido de receber o contributo dos Estados-membros da Comunidade e dentro de um ano materializar uma proposta operacional, com a definição de especialidades e locais em e cada um dos Países de Língua Portuguesa.

Esta foi uma proposta acolhida com satisfação entre os Estados-membros da CPLP evidenciando disponibilidade imediata dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tais como Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e Moçam-



Fotografia de família do Conselho de Ministros da Defesa da CPLP, em Díli, Timor-Leste

bique para o acolhimento e abertura dos centros de formação militar.

Este processo foi também o resultado de 17 anos de cooperação bilateral entre os vários Países de Língua Portuguesa, e da experiência daí adquirida no quadro da cooperação militar. A multilateralização do conhecimento adquirido ao longo destes anos poder-se-á considerar um capital da Comunidade, traduzindo-se no avanço multilateral no quadro da CPLP.

Centros de Excelência de Formação Militar

Os Centros de Excelência terão por objectivo a formação de formadores para criar uma unidade de doutrina e regras de empenhamento, mas virada

para as operações de paz, que exigem segurança cooperativa e capacidade militar para poder intervir nos cenários regionais em que estão inseridos os vários países da CPLP.

As missões de manutenção de paz e humanitárias no continente africano são um cenário típico em que países da CPLP poderão usar a capacitação das suas forças armadas para desempenhar operações que hoje outros países como o Senegal e a Nigéria asseguram com regularidade.

Em declarações à imprensa, o Ministro da Defesa de Portugal, Nuno Severiano Teixeira afirmou que a "CPLP é um instrumento e uma mais-valia de cada Estado na sua afirmação nas organizações regionais em que se inse-

rem", concluindo que "isto é verdade, em particular, no sector da defesa, ao dar uma dimensão real de segurança à CPLP".

No decorrer desta reunião sectorial da CPLP, o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca foi recebido pelo Presidente da República, José Ramos-Horta, pelo Primeiro-Ministro, Xanana Gusmão, pelo Vice Primeiro-Ministro, José Luís Guterres, pelo Presidente do Parlamento Nacional, Fernando "LaSama" de Araújo e pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Díli, Atul Khare. ■

FONTE: Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Portugal/ SE CPLP

O FIM DO PETRÓLEO

Num romance apaixonante

José Rodrigues dos Santos

explica o que está a acontecer.

E revela o que vem aí...



16.ª edição
160 000 exemplares

VIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP

Recordar a Declaração de Díli

Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reuniram-se na cidade de Díli, Timor-Leste, no primeiro trimestre do corrente ano.

O Estado-membro anfitrião, Timor-Leste contou com a presença da Ministra da Solidariedade Social de Timor-Leste, Maria Domingas Fernandes Alves para a sessão inaugural dos trabalhos e acompanhada pelo Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego, Bendito dos Santos Freitas.

Sendo o tema central do Encontro o "Trabalho e a Solidariedade Social", as questões relativas ao crescimento económico não foram alheias.

No decorrer de dois dias de reunião, as autoridades participantes dos Estados-membros da CPLP puderam analisar e expor as realidades dos seus países, tendo em consideração os vários factores de desenvolvimento, concluindo-se que segundo certas realidades locais de cada Estado-membro, poderá tornar-se insuficiente a redução da pobreza exclusivamente por meio do crescimento económico, pelo que se deve apostar também na implementação de políticas sociais para o combate à pobreza.

Em termos de medidas práticas, os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa decidiram dar continuidade ao desenvolvimento de Sistemas de Protecção Social nos Estados onde ainda não estejam implementados, e manter um intercâmbio regular de troca de experiências e de informações neste domínio entre os Estados-membros da CPLP, bem como reuniões e seminários a nível bilateral ou multilateral e reforço das cooperações técnicas a nível bilateral e multilateral.

Incentivo ao empreendedorismo

No âmbito do combate à pobreza através do incentivo ao empreendedorismo, os Ministros dos oito Países de Língua Portuguesa deram luz verde para se constituir um grupo de trabalho, coordenado pelo Brasil, a envolver todos os Estados-membros da CPLP, no qual cada um financiará a sua própria participação, com vista ao estudo e apresentação, na próxima Reunião de Ministros, de uma proposta de Convénio no âmbito da Segurança Social e que abranja todos os Estados-membros.

Assim, neste sector, privilegiar-se-á a promoção de intercâmbios de cooperação na área do microcrédito produtivo orientado, com base na experiência dos diversos países-membros, onde o Brasil se disponibilizou para apresentar a sua experiência na próxima reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP.

Outro dos pontos consagrados na reunião é que será apresentada e proposta aos países-membros a integração de políticas públicas surgida por meio do Plano Sectorial de Qualificação (Planseq) - uma das acções do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) - que tem como objectivo a capacitação da mão-de-obra para inserção social e no mercado de trabalho.

Este projecto piloto do Planseq-Microcrédito não visa apenas o aumento da probabilidade de permanência do pequeno empresário nos mercados de trabalho, mas também a elevação da sua produtividade ou a melhoria dos seus serviços prestados, garantindo também a integração de políticas públicas de qualificação profissional e de geração de trabalho e subsídios para os beneficiários do micro - crédito.

Da Declaração de Díli, os problemas das camadas mais jovens da sociedade foram também alvo de análise, e preten-

deu-se desenvolver metodologias para a inclusão social e económica destes, aliada à elevação da escolaridade, com base numa proposta apresentada pelo Brasil até à próxima reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais.

Protecção social dos menores

No campo da protecção social dos menores, os Estados-membros viram-se decididos a combater a exploração das piores formas de trabalho infantil e pretendem incentivar os países que ainda não ratificaram as Convenções n.º 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a fazê-lo. Na saúde, o estudo das formas mais adequadas de combate ao Vírus da Imunodeficiência Humana - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (VIH-SIDA).

Os Ministros dos oito Estados-membros da CPLP presentes decidiram apoiar a Agenda do Trabalho Digno da OIT, dado que a CPLP e a OIT têm vindo a estreitar os laços de cooperação entre as organizações no esforço de promoção, à escala global, regional e nacional, da Agenda do Trabalho Digno.

Entre outras decisões, o Conselho de Ministros quis também apostar na tónica das tecnologias de informação e comunicação, como a criação de um portal, por onde se possa monitorizar, analisar e avaliar o desenvolvimento da implementação das políticas bem como na troca intensiva de informações, tendo em vista a harmonização das políticas de cooperação nestes sectores.

A 9ª Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP foi marcada para o primeiro semestre de 2009, em Portugal. ■

FONTE: Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Portugal/ SE CPLP.

Indicadores de Desenvolvimento de Timor-Leste

Designação Oficial:

República Democrática de Timor-Leste - RDTL

Capital:

Dili

Outras cidades importantes:

Baucau, Manatuto, Aileu e Liquiçá

Língua:

as línguas oficiais são o Português e o Tétum

Chefe de Estado:

José Ramos Horta (desde Maio de 2007)

Presidente do Parlamento Nacional:

Fernando "LaSama" de Araújo

Primeiro-ministro:

Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão (desde 2007)

Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Zacarias Albano da Costa

Data da actual Constituição:

Maio de 2002

Partidos e Líderes Políticos:

Partido Democrático (PD), Fernando Araújo; Conselho Nacional de Reconstrução Timorense (CNRT), Xanana Gusmão; União Nacional Democrática da Resistência Timorense (UNDER-TIM), Cornélio da Conceição Gama; Partido da Unidade Nacional (PUN), Fernanda Borges; Partido Popular de Timor (PPT), líder Jacob Xavier; Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRE-TILIN), Mari Alkatiri; Associação Social Democrata de Timor (ASDT), Francisco Xavier do Amaral; Partido Social Democrata (PSD), Mário Carrascalão; KOTA, Manuel Tilman;

Geografia:

Timor-Leste está situado no Sudeste-Asiático, a noroeste da Austrália e no extremo oriental do arquipélago indonésio. Recordando que Timor-Leste é composto pela metade oriental da ilha de Timor e o enclave de Oecussi situado a noroeste da ilha, contando ainda com as ilhas de Ataúro e Jaco. A dimensão total da superfície terrestre do território nacional é de 15.007 Km², compreendida com uma costa de 706 km e uma área marítima de 12 milhas náuticas (cada milha náutica equivale a 1852 metros), com a Zona Económica Exclusiva de 200 milhas náuticas e zona contígua de 24 milhas náuticas. A fronteira terrestre com a República da Indonésia é de 228 km.

O clima é tropical, quente, húmido, com épocas sazonais distintas de monções e secas.

População total:

1.067.000 habitantes.

Índice de Desenvolvimento Humano:

O valor de 0,514 representa um desenvolvimento humano médio, resultado do rácio dos indicadores de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade entre outros, constituindo uma forma padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil.

Religião:

Católicos Romanos (90%); outros Cristãos (3%); Muçulmanos (4%); outras religiões minoritárias.

Unidade monetária:

Dólar norte-americano (USD). Para facilitar as trocas comerciais, o Estado cunha moedas de denominação "centavo".

Recursos económicos:

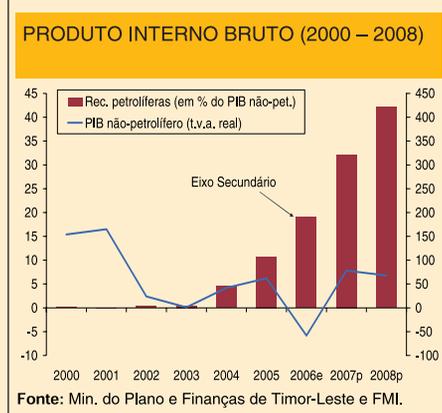
A economia de Timor-Leste assenta na produção de café, cravo e copra, petróleo e gás natural.

Principais exportações:

Café e Copra.

Principais importações:

Combustíveis minerais, óleos minerais e substâncias afins; veículos e acessórios; borracha; cereais; tabaco; bebidas e bebidas espirituosas.



Fotografias: Ministério do Turismo de Timor-Leste

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
				Est.	Proj.	Proj.
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	0.1	4.2	6.2	-5.8	7.8	6.8
Inflação (t.v.a. média)	7.2	3.2	1.8	3.4	8.9	9.0
Massa monetária (t.v.a.)	32.4	14.8	-6.0	28.2	43.0	30.8
Balança corrente (% PIB n.p.)	-8.0	9.0	82.0	162.0	295.0	357.0
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.) ¹	12.3	77.2	128.5	275.6	339.4	417.5
Saldo orçamental (% PIB n.p.) ¹	10.9	77.0	111.6	242.0	297.0	352.0
Dívida pública (USD)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: MPF de Timor-Leste, ABP, FMI e cálculos do Banco de Portugal

¹ Ano fiscal (Julho_t a Junho_{t+1}); saldo em base de caixa.

NOVO Embaixador de Espanha

reafirma importância
da cooperação com
Timor-Leste



A Embaixada da República Democrática de Timor-Leste recebeu no passado dia 22 de Setembro o novo Embaixador de Espanha acreditado em Lisboa, Portugal, Alberto Navarro em visita de cortesia.

Durante o encontro, o Embaixador Alberto Navarro teve a oportunidade de transmitir ao Embaixador de Timor-Leste em Portugal a importância do reforço e estreitamento de relações de cooperação bilateral com a Espanha, recordando ainda a preparação para a apresentação de credenciais do Embaixador de Timor-Leste ao Rei de Espanha, em Madrid.

Na sequência do convite da Universidade da Corunha ao Governo de Timor-Leste e à Embaixada da RDTL em Lisboa, Portugal, para o "Seminário Europeu para uma agenda harmonizada de Cooperação com Timor-Leste (SECTO)", a ter lugar nos dias 22, 23 e 24 de Outubro na Cidade da Corunha, o Embaixador Manuel Soares Abrantes informou o seu homólogo espanhol do grande interesse e confirmação da presença das autoridades do Governo de Timor-Leste no evento.

O SECTO visa reunir representantes do Governo de Timor-Leste, Agências Governamentais de Cooperação dos Estados-membros da União Europeia, Instituições da União Europeia, Sociedade Civil, Académicos e Meios de Comunicação Social para um debate sobre a concentração de esforços de cooperação e harmonização das políticas e programas de cooperação com Timor-Leste, com o intuito de se firmar uma cooperação eficaz e não duplicada. ■

Importância da Língua Portuguesa debatida em Santarém

"A Língua Portuguesa um Património Comum. Que Futuro num Mundo Globalizado?" foi tema de debate em Santarém, conferência organizada pela Casa da Europa do Ribatejo no passado dia 26 de Setembro, data em que se assinalou o "Dia Europeu das Línguas".

A sessão contou com a presença da conferencista, eurodeputada do Partido Socialista Europeu (PSE), Edite Estrela, que abordou a importância da Língua Portuguesa como ferr-

amenta de ligação da União Europeia aos quatro continentes, através dos Países de Língua Oficial Portuguesa, e da mais valia que representa no que toca à questão da diferencialidade.

Nesta conferência, o Embaixador de Timor-Leste em Lisboa, interveio afirmando que a Língua Portuguesa é um factor de identidade para Timor-Leste, recordando que esta Língua Oficial, a par do Tétum, não foi nen-



huma imposição mas sim uma vontade de todo um Povo, uma vez que também para a consolidação do Tétum é necessário que a Língua Portuguesa também esteja presente, uma vez que constitui um dos pilares de sustentação do Tétum, da identidade e marca de diferenciação na região.

A plateia contou com algumas dezenas de participantes, entre os quais o Cônsul Honorário do Brasil. ■

Natália livre de tumor

A menina leste-timorese de 10 anos que sofria de um tumor no cérebro e que foi transportada pela Guarda Nacional Republicana portuguesa para ser sujeita a uma intervenção cirúrgica em Portugal, já se encontra em franca recuperação, dado o sucesso da operação.

A Embaixada de Timor-Leste em Portugal, através do seu Embaixador, tem vindo a acompanhar a situação de perto e no passado mês de Setembro, deslocou-se numa visita de cortesia ao Hospital de São João na cidade do Porto onde surgiu a oportunidade de trocas de impressões sobre o caso clínico com os familiares da "Natália", a Presidência do Conselho de Administração do Hospital, médicos, enfermeiros e outros intervenientes. Desta visita, o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de São João, Professor Doutor António Ferreira, manifestou



a disponibilidade em cooperar mais de perto com Timor-Leste e principalmente com as instituições do sector da saúde.

A "Natália", agora em recuperação e já com alta, deverá necessitar ainda de acompanhamento médico e aguarda o regresso a Timor-Leste a partir do próximo mês de Novembro. ■

CRA

TIMOR

Portuguese Law Firm
Portuguese Law Firm

TIMOR

25 anos de experiência na prestação de serviços jurídicos, agora em Timor-Leste.

Ho experiência tinan 25 iha área serviços jurídicos, agora iha ona Timor-Leste.

25 years of experience providing legal services, now at Timor-Leste.

Berpengalaman 25 tahun dibidang legal konsultan, sekarang di Timor-Leste.

CRA Timor

Coelho Ribeiro e Associados - Timor
Sang Tai Hoo Building - 1st Floor Colmera / Main Intersection,
Dili – Timor-Leste
Contactos: Rui Botica Santos / Miguel Carreira Martins
Telemóvel: (+670) 733 20 30 | Telefone: (+670) 332 53 60
E-mail: rmc@cratimor.com

www.cratimor.com

CRA Lisboa

Coelho Ribeiro e Associados
Contacto: Rui Botica Santos
E-mail: rui.santos@cralaw.com

Escritórios Associados / Partners

CRA Porto

Rocha, Miranda, Vieira & Associados
Contacto: Isabel Rocha
E-mail: ir@rmvlawfirm.com

CRA Brazil

Paulo Roberto Murray - Law Firm
Contacto: Alberto Murray Neto
E-mail: amurray@prmurray.com

CRA Cabo Verde

Amado & Medina – Advogadas
Contacto: Raquel Medina
E-mail: amadomedina.advogados1@gmail.com

CRA Guiné-Bissau

Pinto Pereira & Associados
Contacto: Carlos Pinto Pereira
E-mail: cppereira@craguinebissau.com

CRA Macau

Jurismac Advogados
Contacto: Nuno Simões
E-mail: nuno@jurismac.com

CRA Moçambique

Salim Omar e Associados
Contacto: Salim Omar
E-mail: salim_omar@cramocambique.com

CRA São Tomé e Príncipe

De Juris Advocacia e Consultoria Jurídica
Contacto: Guilherme Posser da Costa
E-mail: dejuris@costome.net

www.cra-global.com

A PLG Partner

PLG

Pannone Law Group

www.plg.eu.com



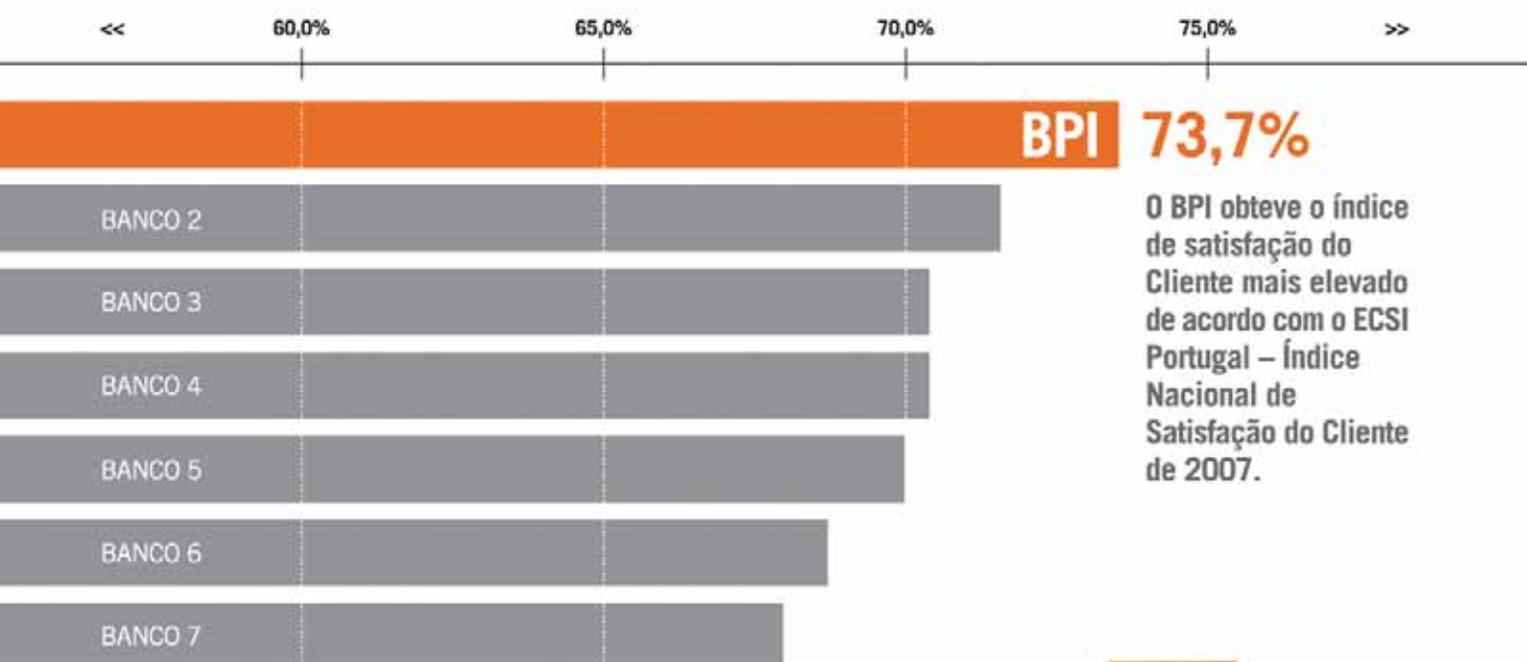
CONNECTING
SYNERGIES



Nº 1 na Satisfação dos Clientes.

O BPI foi classificado como o melhor Banco na Satisfação dos Clientes de acordo com o ECSI Portugal - Índice Nacional de Satisfação do Cliente.

Este índice, baseado numa metodologia europeia comum, permite avaliar a qualidade dos bens e serviços disponíveis no mercado nacional com base em 7 dimensões: imagem, expectativas dos Clientes, qualidade apercebida, valor apercebido (relação preço/qualidade), satisfação, lealdade e reclamações. O ECSI Portugal é desenvolvido pelo IPQ (Instituto Português da Qualidade), pela APQ (Associação Portuguesa para a Qualidade) e pelo ISEGI - UNL (Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa).



O BPI obteve o índice de satisfação do Cliente mais elevado de acordo com o ECSI Portugal – Índice Nacional de Satisfação do Cliente de 2007.

Este estudo é realizado com recurso a 250 entrevistas telefónicas realizadas a Clientes de cada Banco/Marca estudado, com base numa amostra seleccionada de modo aleatório e extraída da população portuguesa.

